ATA Nº 01/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

---------- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Cátia Filipa Soares da Silva Cardoso, Óscar de Pinho Brandão, Conceição Portugal, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinho Brandão de Almeida, José Maria de Oliveira Ribeiro e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Chave, Mansores, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde e o representante da Junta de Escariz, Fermedo e de Moldes. ----------

---------- Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Municipal, Margarida Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Duarte, Vítor Carvalho, Célia Alves e Helena Rodrigues. ----------

---------- Faltaram os seguintes membros da Assembleia Municipal: Vanessa Filipa Duarte Soares, Francisco José da Costa Ferreira e o Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta minutos. ----------

---------- Começou por saudar a senhora Presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, bem como todos os membros da Assembleia Municipal e o público presente. ----------

---------- De seguida, foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

---------- 1. Período de intervenção dos senhores munícipes; ----------

---------- 2. Período de antes da ordem do dia; ----------

---------- 2.1 Atas – aprovação; ----------

---------- 2.2 Correspondência; ----------

---------- 2.3 Diversos; ----------

---------- 3 Período da ordem do dia; ----------

28.02.2022

---------- 3.1. Informação da senhora presidente da câmara sobre a atividade municipal ----------

---------- 3.2. Fluxos de caixa/integração de saldo de execução orçamental – 1ª revisão ao orçamento e 1ª revisão às GOP; ----------

---------- 3.3. Transferência de competências para os órgãos municipais – concretização das transferências no domínio da ação social; ----------

---------- 3.4 Regulamento do conselho municipal de juventude - alteração;----------

---------- 3.5. Plano gerontológico - conhecimento; ----------

---------- 3.6. Meo – serviços de comunicação e multimédia, s.a. – reconhecimento de interessa (Tropeço); - ----------

---------- 3.7. Meo – serviços de comunicação e multimédia, s.a. – reconhecimento de interessa (Mansores);

---------- 3.8. Grupo de trabalho de alteração do regimento – prorrogação do prazo;----------

---------- 3.9. Declaração de registo dos compromissos plurianuais/pagamentos e recebimentos em atraso – conhecimento; ----------

---------- 3.10. Transmissão de sessões da assembleia municipal – contratação do serviço;----------

---------- 3.11. Regulamento do cemitério municipal;----------

---------- 3.12. Comissão de proteção de crianças e jovens de Arouca – relatório de atividades 2021.

---------- Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal parabenizou o senhor Rui Vilar, pela eleição como deputado da assembleia da república. ----------

---------- Em seguida o senhor Presidente da Assembleia e a senhora Presidente da Câmara, Margarida Belém, manifestaram o apoio incondicional para com o povo da Ucrânia e foi apresentada a seguinte manifestação pela senhora Presidente da Câmara: ----------

---------- "A 24 de fevereiro corrente a Rússia invadiu injustamente a Ucrânia, país independente e soberano, colocado fim a décadas de paz na Europa e ameaçando o presente e o futuro não só da Ucrânia e dos seus cidadãos, mas de toda a Europa.----------

---------- O Município de Arouca associa-se às manifestações que têm vindo a ocorrer no nosso país em toda a Europa contra a invasão da Ucrânia por parte da Rússia repudiando veementemente a mesma e expressa a sua solidariedade a este país europeu e aos seus cidadãos, deixando uma palavra especial de conforto e alento à comunidade ucraniana local."----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:----------**

---------- Não havendo intervenções, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. ----------

---------- **2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**: ----------

28.02.2022

---------- **2.1 ATAS – APROVAÇÃO:** ----------

---------- No ponto 2 – período de antes da ordem do dia – no que diz respeito ao ponto 2.1, foram propostas algumas alterações à ata n.º 7/2021, sendo a mesma muito extensa, a mesa propõe que esta seja colocada à discussão e posterior aprovação na próxima assembleia. ----------

---------- A proposta, decorrida votação por braço no ar, foi aprovada por unanimidade. ----------

---------- **2.2 CORRESPONDÊNCIA**: ----------

---------- A assembleia prescindiu da leitura da correspondência uma vez que a mesma foi dada a conhecer a todos os membros da assembleia municipal, via email. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia referiu que em relação à transmissão das sessões da Assembleia Municipal, foi pedida uma informação à Comissão Nacional de Proteção de Dados. A resposta obtida foi simplista e pouco conclusiva tendo sido feito outro pedido de esclarecimento, que se aguarda resposta.----------

---------- **2.3 DIVERSOS**: ----------

---------- A reunião prosseguiu com o ponto 2.3 – diversos, com a intervenção do senhor Óscar Brandão que cumprimentou todos os presentes e parabenizou o senhor Rui Vilar sobre a sua recente eleição como deputado da Assembleia da República, desejando-lhe as maiores felicidades. ----------

---------- Em seguida, falou sobre a reunião plenária do PDM, na qual participou, referindo que o documento se encontra numa fase adiantada, os pareceres da entidades e organismos são favoráveis as opções assumidas pela Câmara Municipal de Arouca, mas alguns condicionados e com essas entidades vai haver reuniões setoriais, estando convencido de que serão situações facilmente ultrapassáveis. Deixou ainda duas notas sobre a referida reunião: realçou a qualidade dos documentos e fez um juízo político da aprovação do documento – o documento responderá ou não aos desafios que hoje são colocados ao desenvolvimento e se responde aos problemas relatados ao PDM em vigor. Dá ainda conhecimento que a qualidade dos documentos foi sublinhada pela maioria dos participantes. Questionou sobre o ajuste direito às associações, considerando que surge uma nova figura, para além dos apoios dados no orçamento e com o protocolo, que é a do ajuste direto de serviços às Associações, entrando aqui um novo conceito. Questiona se faz sentido este novo paradigma, se sobre esta nova opção política houve algum debate em sede de executivo, e o que se pretende alcançar com esta nova figura.------- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos que considerou pertinentes: começando por agradecer ao membro que representa a Assembleia Municipal no PDM. A senhora Presidente da Câmara diz que foi dado um

passo muito significativo porque são dos poucos municípios que reuniu já na primeira reunião plenária com as 24 entidades que integram a Comissão de Acompanhamento. Continua dizendo que todos os documentos foram apresentados e trabalhados pela equipa do Município e com várias equipas externas e estão a decorrer as várias reuniões de acompanhamento para dar respostas a algumas questões, diz ainda que efetivamente todos elogiaram o trabalho que foi desenvolvido e que continua a ser desenvolvido pela equipa, informa que os ajustamentos devem ser feitos até à próxima reunião plenária, que tenciona que seja em abril, para que depois o documento seja público, sendo este um momento importante para que todos se pronunciem, e dando a conhecer que o Município tudo fará para promover o conhecimento deste documento. Quanto à relação da Câmara com o associativismo local, a senhora Presidente da Câmara diz que o Município tem estado em articulação dinâmica com o associativismo a todos os níveis, sendo cristalinos e transparentes os regulamentos e as iniciativas que têm vindo a desenvolver, como é o caso do ajuste direto que fizeram com o Arouca Cine Club, considerando que o objetivo é dar dimensão e trabalhar com aqueles que estão no território e que têm competências nessa matéria, sendo o ajuste direto algo que a lei permite e que julga que é de louvar esta iniciativa no âmbito da responsabilidade social. Havendo parcerias que foram protocoladas com três associações, aquilo que o Município tem feito é trabalhar com a comunidade, com aqueles que têm conhecimento real no seu âmbito. ---- ----------

---------- Em seguida tomou a palavra ao senhor José Maria Ribeiro, que cumprimentou todos os presentes, e de seguida abordou os problemas do complexo desportivo da União Desportiva de Fermedo, referindo-se ao enorme trabalho da instituição em prol do desporto dos jovens e da freguesia, congratulando esta Associação pelo seu trabalho e equipa. Diz ainda que esta Associação pretende fazer melhoramentos nas suas instalações, mas precisa de fundos, tentando ir aceder aos mesmos através de uma candidatura ao IPDJ, mas, para isso, é necessária uma Certidão Predial onde conste a edificação já existente, a apresentação de um projeto de construção, e é aqui que surge o problema. Pelos vistos não o consegue fazer porque o referido terreno em que está inserido, segundo o PDM, está numa zona onde está prevista a passagem de uma estrada e na Certidão nada consta sobre a edificação que em 2013 foi realizada com fundos Camarários e inaugurada em 2017. Acrescenta, ainda que em 2020, no mesmo terreno, foi feito um muro com dinheiro Camarário, situação que reputa de irreal. Questiona assim a senhora Presidente da Câmara se esta tem conhecimento desta situação e, se sim, o que está a fazer para rapidamente se regularizar este problema (visto que se trata de um assunto de enorme interesse para a Associação, e para o interesse público) e ainda, atendendo ao número de atletas e ao tamanho da estrutura da instituição, o porquê da Câmara subsidiar a mesma apenas em 11 mil euros. Aborda

também o tema da propaganda e a utilização abusiva dos meios de comunicação pela autarquia para autopromoção e campanha política, em particular a sujeição à exposição dos alunos no que respeita à atribuição das bolsas de estudo, publicando eventos com fotos, e ainda a questão do órgão "Assembleia Municipal" ser completamente desvalorizando nos meios de comunicação. Questiona assim, sobre este assunto, quais os critérios para as publicações em votações ou qualquer outro assunto em sede de reunião de Câmara, para quando um espaço no site do município para os membros da oposição no Executivo, quantos elementos tem o município afeto à área da comunicação e quais os custos anuais com este departamento.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos: começa por dizer que a União Desportiva de Fermedo tem feito um trabalho extraordinário, sendo uma Associação com um crescimento imenso ao nível de atletas e esforço dos equipamentos desportivos e acrescenta que o Município tem estado sempre presente. Relembrou que estes equipamentos são da Junta de Freguesia de Fermedo e que, ao abrigo de um Protocolo, estão cedidos à Associação. A senhora Presidente reconhece que houve problemas, foi o Município que construiu as infraestruturas, mas diz que não foi possível fazer o alargamento porque não se podem cometer ilegalidades, e também porque o PDM não permite. A pretensão da Associação deverá estar prevista no PDM para permitir que no futuro se possa ampliar. Acrescenta que existem regras nas distribuições dos apoios, e que o Município apoia esta Associação, tendo procurado dar o apoio que as associações necessitam. Quanto às questões da comunicação, o que se tem feito ao abrigo da transparência, é dar nota daquilo que o município tem feito, tendo tido alguma dificuldade de ter expressão nos órgãos de comunicação social local e, portanto, era o que faltava se se achasse que a Câmara deveria estar anulada naquilo que são as ferramentas de comunicação desta, dizendo que vão continuar a comunicar através da página de Facebook, através do site, porque é esse o dever – comunicar com os munícipes. Considerando que não há falta de decoro quanto à questão das bolsas de estudo. E continua dizendo que existe um espaço online para a comunicação interna com os vereadores, portanto, cumprem e fazem mais do que a lei garante, considerando que são muito razoáveis, ao abrigo da transparência.----------

---------- O senhor José Maria Ribeiro, voltou a pedir esclarecimento ao qual a senhora Presidente da Câmara referiu que nada mais tem a esclarecer. Deu ainda nota de que às perguntas feitas a senhora Presidente apenas respondeu a uma.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou este esclarecimento sublinhando contudo é que poderá não ter respondido da forma como o

membro da Assembleia pretendia, mas que respondeu aquilo que considerou que deveria responder e, portanto, o que está em causa em relação à União Desportiva de Fermedo trata-se das obras que eles pretendem fazer, e não às obras já efetuadas. ----------

---------- Em seguida deu a palavra à senhora Conceição Portugal, que começou por cumprimentar todos os presentes, e questionou se a criação da Loja do Cidadão em Arouca faz parte dos projetos do executivo camarário, considerando-o uma mais valia para os cidadãos. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que agradeceu a referência ao ponto, dizendo que o Município vai apresentar o projeto em estudo prévio de uma Loja do Cidadão que vai ser construído na Zona Ponte, ao lado do Edifício do Museu Municipal, beneficiando no âmbito do PRR um financiamento de 100%, sendo que o município irá apresentar a sua candidatura, tendo já duas das Entidades envolvidas (Serviços das Finanças e Serviços da Segurança Social). Acrescentou que estas candidaturas obrigam a Protocolos e concertação, havendo necessidade de decidir com estas Entidades os programas funcionais necessários para garantir o pleno funcionamento e qualidade do serviço. ----------

---------- De seguida interveio o senhor Pedro Sousa, que inicia a sua intervenção por dar nota que esta é a primeira Assembleia Municipal após a enorme vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas, de onde saiu com um mandato forte para continuar a fazer crescer o país, reduzindo as suas desigualdades e criando melhores condições para todos os portugueses, ao mesmo tempo que mantém um rigoroso controlo da despesa pública. E, no caso particular de Arouca destacar a enorme redução significativa da abstenção e dos votos em branco e onde os dois principais partidos de princípios democratas e sociais, viram a sua votação reforçada. E continuou dizendo: não podia, obviamente, deixar também de dar os parabéns ao Rui Vilar, eleito deputado pelo PSD pelo círculo de Aveiro e desejar-lhe um bom mandato na defesa, não só, mas também, dos interesses de Arouca.----------

---------- Também deu os parabéns à Câmara Municipal por duas iniciativas em nada relacionadas, mas que lhe parecem merecer destaque: primeiro a importante medida de distribuir desfibrilhadores por associações desportivas e agrupamentos de escolas. Uma importante medida em defesa da vida de muitos jovens (e menos jovens) e que se impunha; e em segundo, a excelente iniciativa de criar o Arquivo Digital gratuito dos jornais entre 1905 e 1974, um espólio riquíssimo, que deve ser dado a conhecer à comunidade e muito às escolas. E finalmente, deu os parabéns à Câmara Municipal pela iniciativa levada a cabo em parceria com a AECA chamada "Este Natal compre local". Uma campanha cujo impacto foi seguramente sentido pelo comércio local e que levou a que perto de 1,5 milhões de euros circulasse por via dos 60.000 cupões disponíveis. E continuou constatando o seguinte: apesar de

não querer fazer uma ligação direta entre ambos os números – até porque seria uma extrapolação eventualmente abusiva – de notar que é ao mesmo tempo que decorre essa campanha que Arouca bate todos os recordes de movimentação de dinheiro no mês de dezembro. De acordo com a SIBS em dezembro de 2021 os pagamentos com cartões multibando em Arouca foram 700 mil euros acima do ano anterior e quase 1 milhão de euros acima do que aconteceu em 2019. E no caso do levantamento em caixas multibanco foram 800 mil euros acima do que aconteceu em 2020 e 2019.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que quanto à questão da comunicação, concorda com a opinião do senhor Pedro Sousa, considerando que há uma fraca comunicação e que só têm um técnico da área da comunicação – concurso público por tempo indeterminado – considera ainda que tendo em conta a equipa que têm, é incrível o que fazem, mas é preciso mais para bem da transparência. Diz ainda que o senhor Pedro Sousa deu ênfase a vários projetos importantes e que fazem a diferença na vida da comunidade e continua dizendo que também foram distribuídos dez desfibrilhadores no âmbito do acordo celebrado com todos os clubes desportivos, com a Escola Secundária de Arouca e com os Complexos Desportivos que estão munidos de equipamentos e pessoal com formação (que irá ser realizada agora com informação especializada para garantir o bom uso destes equipamentos). Quanto à ação da AECA, de estímulo ao consumo local, em parceria com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, tivemos cerca de 150 lojas aderentes, mais de 60 mil cupões distribuídos, e portanto, houve 150 premiados com vales de 100€ de investimento de 15.000€, foi uma campanha que fez a diferença em todo o concelho e, portanto, após esta avaliação e análise dos resultados e do seu impacto, o município está disponível para lançar uma nova campanha ao longo deste ano, dando nota de que termina hoje o prazo da AECA para o desconto desses vales por parte dos comerciantes locais. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Diogo Santos que iniciou por cumprimentar todos os presentes. Em seguida congratulou-se com a existência do posto de carregamento para carros elétricos em Arouca e questiona a senhora Presidente sobre a possibilidade de ser implementado em Escariz outro posto de carregamento, tendo em conta o crescimento de Escariz nos últimos anos, quer com o novo parque de negócios, com a nova variante, quer com o crescimento quer a nível empresarial quer a nível populacional. Parabeniza a Câmara Municipal pela construção e inauguração do primeiro troço da Ecovia do Arda e questiona sobre a possibilidade de a mesma ter continuidade por outras freguesias, em particular Mansores, Escariz, Fermedo e São Miguel do Mato.---

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos às questões colocadas: começa por dizer que é sempre bom ver os jovens

deputados a intervir na Assembleia e com a atitude de exigência, mas com a preocupação, tendo a noção correta daquilo que tem sido feito e das dificuldades. Continua dizendo que é preocupação da Câmara Municipal, estando apenas a dar os primeiros passos ao nível da mobilidade sustentável e verde, mas é ambição desta criar novos pontos, principalmente junto às Zonas Industriais, este último posto de carregamento que se colocou na zona poente deve ser dos únicos nos concelhos vizinhos, dizendo ainda que fica o registo e logo que seja possível irá avançar-se com a instalação de mais pontos de carregamento em outros locais do concelho. Quanto à Ecovia do Arda, é um projeto com o princípio da mobilidade entre os polos escolares, mas este é um projeto que vai muito para além disto, existe uma importância de devolver as zonas ribeirinhas à comunidade, mas que traz um esforço maior para a preservação e valorização da galeria ripícola, diz ainda que regista a pretensão, e que também é intenção do município abrir mais um braço da Ecovia ao longo do rio Arda, mas só se pode dar este passo se houver parceiros que consigam garantir o princípio de assegurar a manutenção, prevenção, valorização e educação para a sustentabilidade está garantida. Considerando que este é um projeto que está a fazer a diferença na comunidade arouquense tanto ao nível de saúde e bem-estar, como ao nível da valorização da galeria ripícola, a importância de limpar os rios e o impacto que isto tem ao nível das alterações climáticas. Acrescenta ainda que já foi consignada a obra da Pedra Má que vai fazer a ligação entre o primeiro troço e o segundo troço, que vai ser construída num curso espaço de tempo, bem como está a ser finalizado as áreas de valência coletiva que permitirão às pessoas usufruir do espaço e ter vegetação autóctone. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Rui Vilar que iniciou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a todos, as palavras que lhe foram endereçadas. Em seguida, interveio sobre a problemática da água, questionando a senhora Presidente da Câmara se existem desenvolvimentos em relação a este tema, acrescentando que os custos continuam a ser elevados e os arouquenses continuam a queixar-se, que o Estudo foi pago e ainda não há resultados, aconselhando a Câmara a ser mais veemente junto das empresas que contrata para fazer estudos, questionado também o que é que tem sido feito quanto à tarifa da água, e se houve algum congelamento de tarifa no ano de 2021 e se agora vai ser acrescentando ao aumento da tarifa previsto para 2022. Questiona ainda sobre quais as medidas a ser implementadas para mitigar a seca, salientando intervenções anteriores de dois deputados, o senhor Pedro Sousa e o senhor Afonso Portugal, considerando que é muito importante o município ter uma resposta até porque é um tema que se vem arrastando já há alguns meses. E questiona também sobre a atual situação do Tribunal, onde os problemas se mantém da mesma forma, referindo que as salas de espera da Conservatória continuam a

funcionar nas escadas, nada se sabe quanto ao aumento ou não dos funcionários, considerando que a senhora Presidente da Câmara pode não ter jurisdição para atuar diretamente, mas tem jurisdição para defender os interesses dos arouquenses e deve fazê-lo, questionando o que é que os Governantes dizem sobre esta questão, o que é que vai ser feito. Referiu, novamente, a atitude da Câmara Municipal em expor alunos carenciados na entrega de bolsas de estudo, condenando esta atitude – "caridade que gera publicidade não é caridade, é autopromoção e oportunismo". Em relação à intervenção da senhora Presidente da Câmara quando critica a comunicação social, o senhor Rui Vilar diz que fica preocupado com esta, trazendo novamente a proposta do senhor José Maria Ribeiro de dar à oposição um espaço no site do município, que levaria a um saudável exercício democrático. Questiona ainda a senhora Presidente da Câmara se a entrevista que deu ao Luso Jornal teve algum custo para o município. Aborda ainda o tema da transparência que a senhora Presidente trouxe nas últimas intervenções, trazendo uma notícia do CNE sobre o comportamento do Município de Arouca.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que felicitou o senhor Rui Vilar e em seguida prestou os esclarecimentos relativamente às questões colocadas: quanto à questão da água, a senhora Presidente da Câmara diz que a Câmara tem sido uma acérrima defensora de todos os munícipes, não havendo dúvidas disto, não continuando à espera de dados, o Estudo que foi apresentado já está fechado com os dados que estavam disponíveis na altura. Relativamente às questões da tarifa, por iniciativa do município, não houve aumento em 2021, a tarifa de água e saneamento para 2022 vai-se manter, fruto de uma decisão conjunta dos municípios que integram o Sistema das Águas do Norte. Isto tinha a ver com um aumento relativo à inflação, mas que não foi feito por estes municípios. Relembra ainda que foi feita uma candidatura de expansão das redes, apresentada pelas Águas do Norte, e o município será contemplado com 1 Milhão e 600 mil euros em 2022 (contando com a aprovação desta), prevendo-se assim em 2022 ou 2023 intervenções nas Freguesias de Arouca e Burgo, Santa Eulália e Chave. A senhora Presidente da Câmara dá nota de que o facto de estarmos na Parceria é uma salvaguarda para que não falte água a todos os munícipes, não estando em causa o não abastecimento de água. Quanto à questão da tarifa de resíduos urbanos ao utilizador final foi deliberado em reunião de Câmara em outubro de 2021, com os votos a favor do Partido Socialista, manter a tarifa de resíduos urbanos, contudo, com a alteração do Decreto-Lei que vem introduzir alterações ao regime geral da gestão de resíduos, produz alterações significativas, obrigando a calcular custos para imputar aos munícipes no decorrer de 2022, estando o Município a trabalhar uma proposta de introdução desta taxa de gestão de resíduos: imputar em função de critérios que foram estudados e analisados. Relativamente ao Tribunal, mesmo não sendo da sua competência, a

senhora Presidente da Câmara diz que luta pelos interesses dos munícipes em todas as causas, com os instrumentos que tem à sua disposição. Diz ainda que não tem competência para exigir à Conservatória para não atender os munícipes no hall de entrada no tribunal. Relativamente ao tribunal têm-se feito tudo o que o Executivo poderia fazer, havendo a indicação de que a intervenção irá ser realizada, mas não existem datas para já. Por este motivo, o município disponibilizou a Loja Interativa de Turismo, como outros espaços, para a realização de algumas sessões do tribunal sempre que necessário. Quanto à questão dos alunos expostos, questiona que aluno foi exposto, que nome foi referido, dizendo que existe um cuidado extremo por parte do Município, considerando que é preciso mostrar os bons exemplos, porque são estes que contagiam outros, nunca expondo ninguém, dizendo que o Município fez um esforço tremendo sem revelar nomes e ações, com discrição. Exigindo que se identifique as pessoas que foram expostas para que não restem mal-entendidos. Acrescenta ainda o facto de nunca ter criticado a comunicação social, mesmo que tenha vontade para o fazer, mas tem por hábito trabalhar e mostrar o trabalho do Executivo e, por isso, foi com gosto que o Luso Jornal mostrou à comunidade no estrangeiro o trabalho do Município, e foi com orgulho que deu a entrevista àquele jornal. Quanto à questão da transparência, há muito para aprender e muito para fazer, dizendo mesmo que "quem faz, falha", portanto, se o Município muito faz, é normal que haja falhas, mas falha-se e corrige-se. Quanto à queixa do CNE, informou que não há nenhuma condenação, não há nenhum assunto em Tribunal. Por fim, informa que está a ser desenvolvido um conjunto de ações a nível local e, simultaneamente, no âmbito da área Metropolitana do Porto, e do plano de mitigação das alterações climáticas se encontra a ser desenvolvido um plano de ações conjuntas que serão vertidas numa adenda ao dito plano das alterações climáticas, sendo este um assunto que preocupa a todos. ----------

---------- O senhor Rui Vilar, voltou a defender a sua posição no que respeita à exposição dos alunos: diz que é preciso aceitar as críticas, quando se refere à exposição se fala que expôr as pessoas a uma cerimónia pública realizada numa sala da Câmara Municipal, sendo que os bolseiros estiveram aqui todos juntos em grupo, havendo mesmo três bolseiros a contacta-lo, muito incomodados, com esta questão, diz ainda que repudia de forma veemente esta situação considerando que não é necessário este tipo de exposição e comportamento, não ficando ninguém a ganhar nada com esta situação. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que diz que não aceita a crítica. Esclarece que a sessão não foi pública, os jovens foram convidados a participar numa cerimónia reservada exclusivamente ao Executivo e aos bolseiros, foram convidados dois bolseiros para dar o seu testemunho, sendo que foi muito gratificante para todos os jovens que quiseram

de forma voluntária participar, nem todos os jovens vieram e o pagamento destas bolsas não foi feito no ato, havendo o total respeito por estes bolseiros. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Fátima Pinho, que cumprimentou todos os presentes, e que questionou sobre o ambiente, em particular a poluição do rio Paiva e as descargas na Ribeira de Canelas. Regista que neste sentido e tendo no passado sido atribuídos os focos de poluição à ETAR de Castro Daire, chegando mesmo a ser referido e comunicado pela senhora Presidente, minutos antes do fim do período de campanha aquando das eleições autárquicas de setembro passado, que esta ETAR já tinha entrado no devido funcionamento e assim urge questionar e considerando que a mesma funciona nos devidos conformes, qual o ponto de situação desta ETAR no sentido da sua contribuição para a resolução do fenómeno já descrito? Contudo, depois lá se conclui que também a ETAR de Alvarenga poderia estar a revelar-se como um dos focos de poluição, assim o foi que até se chegou a realizar um investimento na mesma. Nesta senda, pretende também saber qual o ponto de situação desta ETAR no sentido da sua contribuição para a resolução do fenómeno já descrito? Afinal, de onde surge a poluição de onde corre nos nossos rios? Por fim, questiona a senhora Presidente, se voltámos a ter bandeira azul no nosso Rio Paiva? ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos que considerou relevantes: quanto a este assunto da poluição do rio informa que muito foi feito, foi criado um grupo de trabalho despoletado pelo Município com várias entidades, liderado pela APA, no sentido de trabalhar esta problemática do rio Paiva. Diz também que a ETAR de Castro Daire e a de Alvarenga estão em pleno funcionamento, mas que, com isto que não terminam os problemas do Rio Paiva, havendo várias questões que estão a ser trabalhadas no âmbito desta Comissão – uma das preocupações é a Praia Fluvial do Areinho, não estando a senhora Presidente da Câmara preocupada com bandeiras, mas sim com o facto da Praia estar aberta no período da época balnear para os munícipes, sendo que está previsto que esteja aberta na próxima época balnear. Acrescenta ainda o facto de estarmos perante um terreno montanhoso, onde vive população, onde temos chuvas fortes e onde acontecem enxurradas que provocam poluição no rio, portanto, não é possível controlar tudo, mas o Município está atento nesta temática, com a equipa que está nos Passadiços do Paiva e a equipa de limpeza destes. Quem polui o Rio e quem faz descargas para o Rio são pessoas. Pedindo que toda a gente esteja atenta a esta problemática e reportem sempre que virem alguma coisa, porque é isto que é importante para se poder agir. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da União de Freguesias Canelas e Espiunca que, depois de cumprimentar todos, comunica aos membros da Assembleia

Municipal a sua preocupação relativamente à cobertura de fibra na União de Freguesias, que para além de ser fraca, onde existe não existem alternativas, mas apenas uma operadora, acrescenta ainda a preocupação com o excesso de tráfego, que podem trazer problemas com a segurança das estradas e das pessoas. Refere ainda que não há transportes públicos para os habitantes dessas localidades, pedindo ajuda para este aspeto. Mencionou ainda um aspeto positivo que é a parceria entre a Junta de Freguesia e o Centro Juvenil Salesiano, nomeadamente para com o bem-estar, a saúde mental, a nutrição, a atividade física da população.

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os devidos esclarecimentos. No que toca às telecomunicações diz que, fruto da insistência do município junto das entidades competentes – operadoras, vai haver uma ampliação dos serviços. No âmbito da consulta pública que foi promovida pela ANACOM, o município reforçou as suas necessidades, e que írá continuar a reforçar essa importância, porque é cada vez mais fundamental para retirar estas populações do isolamento. Quanto à questão do transporte público, a senhora Presidente da Câmara diz que os transportes não podem ser tratados hoje como eram tratados antigamente, dizendo que não pode haver circuitos públicos onde não há pessoas para circular, isto porque, se existissem pessoas para circular as transportadoras garantiam esse circuito. Fala ainda do concurso internacional da Área Metropolitana do Porto que está a decorrer, e diz que quando este estiver concluído, o município irá procurar com a empresa/transportadora, adjudicada a esta área, garantir um serviço ou um transporte à medida, não sendo possível tratar da mesma forma o que é hoje uma realidade diferente, exige-se aqui uma reflexão, porque será o município a suportar o preço dos quilómetros. Quanto ao Projeto Desenvelhecer, que está a ser desenvolvido em todas as freguesias, este é um projeto onde o município é o investidor, considerando que é importante esta descentralização e criar a possibilidade de todos terem acesso ao desporto e à atividade física, garantindo um envelhecimento ativo. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Sérgio Azevedo, que depois de cumprimentar todos, questiona sobre as alterações ao funcionamento dos serviços de saúde no concelho, nomeadamente o encerramento da área dedicada a doentes respiratórios do SUB de Arouca e a alteração dos horários de atendimento do centro de vacinação, questiona se o município tem acompanhado esta situação e se se está garantido que continuarão a ser prestados os cuidados aos arouquenses com a qualidade que se exige. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu as questões levantadas: relativamente às situações de saúde, a senhora Presidente da Câmara diz que o acompanhamento do Município tem sido feito de uma forma muito próxima com o ACES-

Feira-Arouca. Na sequência das novas condições em que nos encontramos houve alterações nas medidas aplicadas à COVID-19. A área que o Município disponibilizou para dar apoio à COVID-19 será encerrada a partir do dia 1 de março, por decisão do ACES-Feira-Arouca, o centro de vacinação de Arouca terá outro horário, funcionando apenas ao sábado de manhã das 8.30h às 15h, e nos restantes dias irá estar encerrado. O Município disponibilizou vários meios e equipamentos para garantir total segurança e irá proceder a essa remoção, bem como prevê-se que vá cessar todo o apoio humano que tem sido dado ao longo deste período, continuando o Município a monitorizar a situação e estando disponível para reativar o apoio, se necessário.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Cátia Cardoso, que depois de cumprimentar todos, assinalou com agrado o acesso ao arquivo digital Municipal: é agora possível consultar online os jornais locais, as edições entre 1905 a 1974, resultado de uma parceria do Município de Arouca com a Associação para a Defesa do Património Arouquense. Esta é uma medida de democratização cultural, que facilita o trabalho de investigação da nossa história e a torna acessível. Todos podemos agora conhecer uma importante parte da história da imprensa local e consequentemente do nosso concelho. É por isso de felicitar o munícipio pela implementação desta política cultural e enaltecer o trabalho de salvaguarda da Associação para a Defesa do Património, desejando que se prossiga com sucesso este trabalho de digitalização da nossa cultura. Refere a ainda e congratula-se com a recente inauguração da nova ala de acesso ao Museu de Arte Sacra, que resulta de um protocolo de cooperação para uma gestão integrada do nosso Mosteiro entre a Direção Regional de Cultura do Norte, a Câmara Municipal e a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda que mostra a inovação do nosso concelho no campo das políticas culturais e coloca Arouca, mais uma vez, como potencial exemplo para o país. Parabenizou todas as entidades envolvidas, em especial a comunidade escolar, pela bonita instalação artística que está na nossa praça, assinalando esta época de Carnaval. Em seguida, e depois de fazer uma sustentação sobre a importância da leitura e das bibliotecas, pois, no seu ponto de vista, ler promove a criatividade e o espírito crítico, amplia as funções do cérebro, designadamente na compreensão da História e contribui para o bem-estar geral das pessoas e acrescenta ainda que a leitura fomenta o espírito crítico, promove o pensamento e a capacidade de refletir e questionar, deixando-nos, por isso, ferramentas de defesa nos mais diversos cenários, inclusivamente na defesa intransigente da democracia, continua, e refere que as bibliotecas municipais têm de se afirmar como solução ao desafio de fomentar a leitura, pelo seu carater democrático – é que o referido inquérito demonstrou também que são os mais jovens, ricos e instruídos que mais acedem à cultura. Há por isso que garantir tanto quanto possível que não se fica sem ler por não se ter dinheiro para comprar livros. As bibliotecas públicas

devem tornar-se, com urgência, espaços modernos e atrativos para todas as faixas etárias e sociais. Questiona a senhora Presidente sobre qual o ponto de situação da requalificação da Biblioteca Municipal, apelando ainda à implementação de novas políticas que considerem os resultados deste estudo e simultaneamente as caraterísticas do nosso território, sejam elas redes de conhecimento local em parceria com entidades culturais; atividades que promovam a literacia; concursos; dinamização do espaço público com feiras do livro ou bibliotecas de rua/descentralizadas na lógica, aliás, do projeto bibliomóvel, e termina dizendo que a bancada do PS reconhece-lhe a sensibilidade cultural, a experiência e a competência necessárias para o desafio, caraterísticas extensíveis à vereadora do desenvolvimento cultural.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos às questões apresentadas: agradece a intervenção da deputada Cátia Cardoso por esta dar um destaque especial à cultura, dizendo que esta é um pilar estruturante do Município. Diz ainda que o Protocolo que foi assinado e que permite dar corpo ao arquivo digital foi um passo extraordinário, de acesso gratuito ao arquivo, não só ao arquivo dos jornais – 70 anos de história, mas também ao arquivo municipal. Quanto ao acordo tripartido do Mosteiro de Arouca, que se realizou e foi assinado no passado sábado, a senhora Presidente da Câmara diz que este é histórico, porque se junta três entidades que vão trabalhar, no sentido de devolver a centralidade ao Mosteiro trazendo-o para o séc. XXI. A instalação artística que está na praça é um bom exemplo de cooperação e trabalho coletivo das escolas, resultando num belíssimo espaço cultural e de visita de todos os que trabalharam em prol da cultura local, celebrando aquilo que é a tradição maior – o Carnaval. Considera também que ainda há muito mais a fazer a nível cultural. O Município tem implementado já desde há muito, exemplo disso são as "Bebetecas", que apesar de ser um projeto pequeno faz a diferença e a mudança de comportamentos, transmitindo a cultura aos bebés, família e jovens. A Câmara Municipal passou a distribuir livros às escolas nos eventos importantes, considerando que o maior presente que o Município oferece aos jovens é um livro, porque a leitura tem uma importância enorme, assim sendo é missão da Câmara requalificar a Biblioteca Municipal, que está até presente no plano para este ano, dizendo mesmo que espera que esta requalificação seja feita este ano porque há verba para o fazer. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor André Vilar, que depois de cumprimentar todos, parabenizou a autarquia sobre a entrega de bolas de estudo, pois refere que "o sucesso dos jovens arouquenses depende, essencialmente deles, do seu esforço e da sua vontade. Mas o seu sucesso é o sucesso de todos. Por isso, um enorme bem-haja ao Município de Arouca que, ano após ano, reforça o apoio a estes jovens, promovendo a coesão social e a igualdade de oportunidades, ao

apoiar os jovens universitários. Mais do que uma necessidade, trata-se de justiça que se faz com estes jovens que sonham e lutam por um futuro melhor e encontram, no seu município, um aliado nesta caminhada. Ainda sobre este assunto, permitam-me que partilhe que também eu fui bolseiro e só tenho pena de não ter tido direito a uma cerimónia onde pudesse conhecer exemplos de sucesso de outros jovens. Aliás, conhecer outros bolseiros ajuda até a combater alguns estereótipos ou preconceitos que possam existir. Investir nos jovens e criar mais igualdades sociais não nos deve envergonhar nunca. O município pode e deve ajudar os jovens a ter condições para ter sucesso, aquilo que provavelmente chamam mérito e que entendem que só deve estar ao alcance de alguns.” ----------

---------- Continua referindo que tendo em conta que não é possível falar de habitação sem falar de jovens e da sua fixação no nosso território, é com satisfação vê que o concurso de admissão para a venda em hasta pública de 13 lotes de terrenos situados no loteamento de Vila Pavão, na freguesia de Escariz, cujo regulamento de venda contempla condições favoráveis para os jovens, encerrou agora com 10 dos 13 lotes vendidos. Por fim, e continuando a falar de juventude, questiona a senhora Presidente da Câmara Municipal de Arouca se já estamos em condições de retomar o atendimento ao jovem munícipe, nas escolas de Arouca e de Escariz, iniciado em março de 2020 e interrompido, inevitavelmente, com a pandemia, bem como questioná-la sobre o ponto da situação do plano de ação do GeoYouth Project: + Juventude | Arouca 4.0, nomeadamente no que diz respeito aos Laboratórios de Cidadania e à Assembleia Municipal Jovem. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos: relativamente a estas questões da juventude, a senhora Presidente da Câmara diz que estas questões são transversais, e o Município tem várias ações desenvolvidas neste âmbito. A senhora Presidente diz ainda, relativamente aos lotes de Vila Pavão, que vão ser vendidos os restantes, cumprindo e garantindo que o acesso é feito, em primeiro lugar, para os jovens do Município porque há essa pretensão e interesse. O atendimento jovem não foi possível ainda retomar porque foi pretendido preservar as medidas de contenção dentro das escolas, mas não é isso que tem impedido de fazer o atendimento jovem, tendo feito atendimento jovem no seu gabinete, considerando que ter jovens no território a fazer exigências é ótimo, sendo sinal que estamos próximos e no bom caminho. Acrescenta que um dos assuntos nesta Assembleia é a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Lembrando várias ações dinamizadas dentro das escolas: Orçamento Participativo, que teve uma grande adesão da comunidade, dentro e fora da escola; a Ecovia; a requalificação da biblioteca; o apoio ao Associativismo Juvenil; a habitação; as bolsas de estudo; apoio ao arrendamento; o CI3; a escola de formação de águas bravas; espaço jovem. ----------

28.02.2022

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Pedro Bastos, que depois de cumprimentar todos, questiona sobre a degradação dos espaços relativos ao território inclusivo. Congratulou-se por ver que o alerta dado na última assembleia e a rapidez do executivo na resolução do problema permitiu que o wc para mobilidade condicionada no espaço da feira voltasse a estar em funcionamento. Ainda sobre este assunto, disse à senhora Presidente, em resposta à questão levantada na última assembleia, que este não era o único WC para mobilidade condicionada existente no centro urbano de Arouca, pois outros existem e não estão a funcionar em condições, a saber: o WC do parque, pois está afeto a um snack-bar e funciona somente nos dias e horários de funcionamento do referido estabelecimento e o WC destinado à mobilidade condicionada se encontrava sem fecho e a servir de arrecadação de materiais e produtos de limpeza do referido estabelecimento; o WC do edifício da Adrimag, que não tem dísticos nem símbolos de mobilidade condicionada e no compartimento destinado à mobilidade condicionada os equipamentos de apoio aos utilizadores estão destruídos, impossibilitando assim a sua utilização; e ainda o WC do centro de camionagem que também não tem dísticos e está grafitado com palavrões e frases obscenas e o espaço destinado à mobilidade condicionada se encontra também trancado. Finaliza dizendo que de uma forma geral também não existe sinalética urbana que indique e identifique os referidos WC`s. ----------

---------- Continua dizendo à senhora Presidente, como já referiu na última Assembleia, que a saúde é um bem essencial, fundamental e a que todos temos direito e por esse motivo, e enquanto a situação não se reverter, volta a fazer referência a que, infelizmente, continuamos a assistir a uma corrida desenfreada ao SUB de Arouca pela madrugada e em condições desumanas (ao frio e à chuva sempre que esta se faz sentir), na esperança de conseguir obter uma consulta aberta. Infelizmente continuamos a ter tempos de espera inaceitáveis, de três meses a meio ano para uma marcação de consulta no médico de família e questiona para quando melhores instalações. ----------

---------- Continua e referindo que ontem subiu pela freguesia de Moldes à Serra da Freita e reparou que se está a construir uma via de ligação da ampliação da zona industrial à estrada que liga a Portela à Serra da Freita, mais precisamente ao cruzamento da estrada do cemitério com a estrada da Freita. Questiona então a senhora Presidente, tendo em conta que a referida ampliação se encontra muito próximo da Rotunda da Portela e esta ter capacidade técnica para a recebera referida ligação, se não faria mais sentido no que respeita a acessibilidades essa via de ligação ligar à referida rotunda? ----------

---------- Relativamente ao plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e acreditando nas previsões dos especialistas em climatologia para 2022, este pode vir a ser um dos anos mais secos em Portugal Continental o que poderá tornar-se um sério problema na prevenção e combate aos

incêndios. Sabendo também que o melhor combate aos incêndios florestais é a prevenção, e que parte integrante desta prevenção são os caminhos e aceiros bem limpos e com pisos regulares, pois torna os espaços florestais mais resilientes reduzindo assim os riscos de incêndios e aumenta a eficácia na vigilância e combate aos incêndios, urge perguntar: ----------
---------- Qual tem sido, até ao momento, o trabalho do buldózer (que recentemente sofreu uma reparação de 80 mil euros) e da niveladora na manutenção e limpeza de caminhos e aceiros? -Quantos quilómetros de caminhos e aceiros já foram limpos e qual a previsão de limpeza até ao inicio da chamada época de incêndios? - O que está a ser feito no que diz respeito à limpeza das faixas de contenção das vias públicas? Quais as vias que este ano irão sofrer esta intervenção e quais foram os critérios na sua escolha? Quantos quilómetros no total vão ser intervencionados? ----------
---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os seguintes esclarecimentos: quanto à questão da mobilidade, a senhora Presidente da Câmara diz que fica o registo e que vai solicitar aos serviços para que esta questão seja analisada, mas diz que se as coisas precisam de ser resolvidas com mais urgência não é necessário que se espere pela Assembleia Municipal, mas sim que o problema seja de imediato identificado aos serviços para que seja resolvido com brevidade. Quanto à questão da saúde, a senhora Presidente da Câmara diz que o Município de Arouca é dos únicos cujos utentes têm todos médico de família atribuído, que tem feito um grande esforço nos últimos anos para garantir a fixação dos médicos, por isso, Arouca está com uma cobertura total de médicos de família, sendo isto um grande feito, mas claro que existem várias questões que tem de ser trabalhadas, e estão a ser: um exemplo é o atendimento telefónico virtual, o outro é o novo raio x que vai ser colocado no âmbito do novo PRR. Acrescenta ainda que Arouca tem uma nova Unidade de Saúde Familiar, a Novo Norte, que está requalificada, subiu de escalão. Quanto à questão da bulldozer, a senhora Presidente da Câmara diz que esta tem estado no terreno a requalificar e a abrir caminhos, por isso, foram e estão a ser feitas várias manutenções e intervenções, e a niveladora que, neste momento, trabalhou já 8 km em 2022. Quanto à questão dos quilómetros das faixas que vão ser intervencionados, a senhora Presidente da Câmara remete para a última Assembleia Municipal em que não foi possível aprovar o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra incêndios que definia as faixas que o município e os privados deveriam efetuar, e que previa, no âmbito da aprovação, uma calendarização até 2024, diz ainda que a não aprovação deste plano traz um grande problema, porque há uma grande indefinição porque se aplica a Lei 82/2021, ficando o município e os privados com a responsabilidade de limpar todas as faixas, acrescenta ainda que a equipa do município de Arouca tem tido um papel ativo e participativo na Área Metropolitana nesta questão das florestas, integrando a respetiva equipa técnica.

Diz ainda que se vai realizar uma reunião com a Comissão Municipal Integrada de Fogos Rurais, para que esta nova entidade possa dizer quais faixas consideram que devem ser executadas pelo Município, esclarecendo que só quando houver um plano sub-regional da Área Metropolitana que indiquem quais as faixas é que o Município pode definir e concretizar o seu programa. Diz ainda que como não sabe o que limpar, pela imensidão de floresta, é preciso aguardar pela aprovação destes documentos. Quanto à ligação da Zona Industrial de Arouca é um projeto que foi aprovado em reunião de Câmara e que prevê uma nova saída para uma nova via, que irá facilitar a dinâmica desta Zona Industrial.----------

---------- O senhor Pedro Bastos esclarece que na sua intervenção em lado nenhum referiu que há um défice de médicos de família, mas sim que a marcação de consultas está com uma lista de espera de 3 a 6 meses. Voltou ainda a explicar os seus pontos de vista quanto ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios dizendo que a única responsável pelo chumbo deste foi a senhora Presidente e que teve muito tempo para apresentar um bom plano, mas apresentou-o tardiamente, enviou os documentos sem tempo suficiente para que os membros da assembleia os pudessem analisar a tempo de sugerir correções. Ficou mais do que provado nesta assembleia, quer pelos Munícipes que intervieram, quer pelas intervenções dos deputados desta Assembleia, da oposição e da sua bancada que era um mau documento, mal elaborado, que se estendeu para além do exigido pela legislação e que os maiores prejudicados iriam ser os produtores florestais. A falta do plano não impediu que nos anos anteriores se fizessem as referidas limpezas e como a senhora Presidente mesmo disse na última Assembleia, o plano não sendo aprovado vai se aplicar a lei em vigor, questionando assim, naquilo que corresponde à autarquia, perante a lei, o que é que foi feito.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara para clarificar a situação: a senhora Presidente da Câmara vinca que sabe que existem problemas, mas o Município tem a rede coberta com médicos de família. Quanto às questões do plano, a senhora Presidente da Câmara quis vincar as consequências da não aprovação do plano, não estando a culpabilizar ninguém, relembrando uma vez mais que o Município cumpriu com todos os prazos legais.

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Luís Almeida, que depois de cumprimentar todos, questiona sobre uma movimentação de terras (excessiva) ao redor da Câmara, que teve como consequência a queda de uma parte do passeio pedonal, porque não, naquela obra, qualquer edital de obra pública ou privada. Relativamente à Ecovia questiona quais os critérios estabelecidos sobre a distância da mesma relativamente aos terrenos privados, porque não é uniforme durante todo o correr desta. Questiona ainda sobre a necessidade da aprovação da sinalética em Assembleia Municipal

e, por fim, sobre a preservação da fauna, ou seja, se esta está assegurada ou se vai haver algum plano para a assegurar ao longo do Rio Arda. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos: relativamente à queda do muro que o deputado refere, a senhora Presidente da Câmara diz que esta se encontra em apreciação pelos serviços, dando nota que antes mesmo da queda do muro houve já autos de contraordenação relativamente à intervenção que está a ser executada. Quanto à Ecovia, a senhora Presidente da Câmara diz que o Município fez uma centena de aquisições, esclarecendo que o distanciamento depende da área que é pretensa do Município, a rede ovelheira delimita a propriedade do Município e a do privado. Quanto à sinalética, a senhora Presidente da Câmara julga que está tudo conforme, mas irá averiguar a situação. Quanto à preservação da fauna e da flora, a senhora Presidente da Câmara diz que o Município e a APA vão trabalhar em conjunto num projeto de valorização e acompanhamento da galeria ripícola do Arda. ----------

---------- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------**

----------3.1 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: ----------

---------- Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.1, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou o documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, destacando que foi um período intenso nestes dois meses, por causa da pandemia, mas não foi isso que impediu a Autarquia de trabalhar no âmbito da gestão municipal nas suas várias dimensões, tendo a área social um destaque muito especial, com o lançamento de projetos estruturantes para a promoção da empregabilidade de pessoas em situações desfavorecidas, pessoas com deficiência, e o programa de apoio ao arrendamento. A senhora Presidente da Câmara destaca ainda a Estratégia Municipal da Saúde e os vários projetos em parceria com o associativismo local. Diz assim que ao longo deste período – dezembro e janeiro – o município continua a trabalhar para construir um município mais coeso, mais humano e mais solidário. Assim encontrar-se disponível para responder às questões dos presentes. ----------

---------- Interveio o senhor Artur Miler que iniciou por cumprimentar todos os presentes e direcionou, inicialmente, a sua intervenção sobre a polémica dos transportes na região. Refere então: os transportes são um tema sempre pertinente e de vital importância para conseguirmos dotar os nossos munícipes de uma rede de transportes que permita a sua mobilidade e o natural incentivo ao uso do transporte público. Ainda recentemente, para perceber se os concelhos do Distrito de Aveiro que pertencem à Área Metropolitana do Porto são capazes de dar uma resposta satisfatória e uniforme de

28.02.2022

Transportes Públicos Coletivos, a JSD estimou o tempo médio de uma ida de transportes públicos, desde a Câmara Municipal de cada município do nosso Distrito pertencente à AMP até à Câmara Municipal do Porto, sem contabilizar o tempo de espera entre transportes, nos casos em que se aplica (no caso de Arouca seriam 30 minutos de espera), tendo Arouca sido o município que demorava mais tempo, 143 minutos, mais 45 minutos do que o 2º da lista, Vale de Cambra. Somos um município de baixa densidade populacional na AMP, juntamente com o município de Baião, e não temos a descriminação positiva que se impunha no que a este ponto diz respeito. Agora, com as preocupações manifestadas pelo Presidente da AMP com um possível "evidente abandono" das empresas nos concursos públicos devido à impossibilidade de reequilibrar financeiramente os contratos, defendendo a necessidade de se encontrar um modelo justo de repartição do overbooking, soubemos através da imprensa na última sexta-feira, 25 de Fevereiro, que a Comissão Executiva da AMP decidia naquela tarde avançar com a adjudicação do concurso para as novas concessões de autocarro na região, sendo que este passo estava dependente da aprovação do orçamento daquela entidade intermunicipal para 2022, cuja luz verde foi dada pelos 17 autarcas nesse mesmo dia. Essa deliberação da Comissão Executiva acabou por ser adiada para uma reunião a ter lugar hoje de manhã. Por isso questionou: Qual o ponto desta situação? Consegue informar-nos sobre os reflexos de uma qualquer eventual decisão? E o que se passa com o concurso para entregar as novas concessões de autocarro no Grande Porto que se arrasta há dois anos? De que forma perspetiva o município mitigar eventuais consequências para além dos constrangimentos de medidas como o passe único que expõe ainda mais as dificuldades dos residentes em municípios como Arouca no que à mobilidade e acesso aos grandes centros diz respeito?-

---------- Em seguida e sobre a atividade municipal, refere: o documento continua a merecer o nosso apreço pela apresentação, organização e informação disponibilizada. Contudo, elenco algumas notas que pretendia ver esclarecidas: ----------

---------- • Página 23: Município de Arouca disponibiliza acesso ao Arquivo Digital. ----------

---------- Saudar o município de Arouca por esta nova ferramenta digital, que permite a consulta – universal e gratuita – ao arquivo histórico da Câmara Municipal e a jornais locais publicados entre 1905 e 1974. Um projeto que foi bem delineado e dentro daquilo que são os novos tempos. De igual modo, a referência que se impunha ao significativo e vital impulso para a abertura do arquivo a periódicos locais ao mundo digital ter sido possível graças à cooperação e ao trabalho desenvolvido pela Associação para a Defesa do Património Arouquense, proprietária do espólio. A eles fica, igualmente aqui, o nosso reconhecimento. ----------

---------- • Página 26: Concluído Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios ----------

28.02.2022

---------- Relativamente ao Plano Municipal de Defesa contra Incêndios, verifica-se um pequeno sumário na Informação Municipal relativamente ao processo que conduziu à realização e conclusão do referido Plano, nomeadamente a sua aprovação nas diversas instâncias, culminando o pequeno texto na referência ao facto de não ter obtido os votos necessários na Assembleia Municipal para a sua aprovação. A este propósito, creio que concorda que os autarcas eleitos nesta Assembleia Municipal são responsáveis e tiveram razões efetivas para a não aprovação do documento. Assim, uma sugestão e uma boa informação ao munícipe seria e será informar como o município irá proceder neste ponto após a não aprovação do PMDFCI. Assim, pergunto: 2 meses depois o que foi feito? Como é que o município se está a preparar para a época de incêndios? Ainda mais quando se prevê um Verão com calor extremo e, se repararmos, toda a zona ardida nos últimos anos está agora com um potencial que nos deve preocupar? E, Sra. Presidente, infelizmente, aquele Plano, aquele mau Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios que esta Assembleia não aprovou face às explicações aqui já explanadas e debatidas, não era favorável a nenhuma das partes nele envolvidas: nem à floresta, nem aos proprietários, nem aos próprios órgãos autárquicos de Arouca – Juntas de Freguesia e Câmara Municipal! ----------

---------- •Página 45 Anexo 2 aliado a Página 47 Anexo 5 ----------

---------- Relativamente ao Museu Municipal, realçando e saudando a coletânea "Museu de bolso" referida na página 24 deste documento, a verdade é que o número de visitas continua longe do desejável. Com o alívio das restrições, a dinamização daquele espaço deve continuar a merecer a atenção do município após o investimento na sua remodelação. Saúdo igualmente a melhor informação disponibilizada e clara para a explicação do nº de visitas ao Radar Meteorológico, nomeadamente com a informação presente na página 45 sobre o facto de estar encerrado desde abril de 2020 devido ao contexto pandémico. Pergunto se, com o alívio das restrições, se já se encontra aberto ou, se não se encontra, quando planeiam abrir e voltar a haver contabilização do número de visitantes. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos que considerou importantes: diz que ficou um pouco baralhada porque ouviu as palavras: Baião, overbooking, transportes escolares e não sabe como isto tudo joga. Começando por dizer que Baião não faz parte da Área Metropolitana do Porto, e é importante perceber que estamos a falar de um concurso público internacional cuja deliberação cabe à Comissão Executiva, não sendo este um projeto com dois, mas sim com três anos, e o contexto do concurso mudou por completo. Diz ainda que este é um processo, no seio da Área Metropolitana, complexo e difícil. Esclarece ainda que este foi adjudicado e que agora é preciso aguardar a aceitação e a decisão do Tribunal de Contas, mas se tudo correr conforme está previsto só no final do ano (ou mais tarde, se houver contestação por parte das

empresas) é que será executado. Esclarece também que foi prorrogado pelo IMT todas as concessões que estão neste momento ativas por mais 2 anos, sendo este o ponto de situação. A senhora Presidente da Câmara diz ainda que há aqui um elevado grau de incerteza, por isso, não será possível responder às questões. Quanto à questão do Plano Municipal da Defesa da Floresta, a senhora Presidente da Câmara diz que não se está a fazer de vítima, referiu apenas aquilo que é a realidade, isto é, que a não aprovação do plano deixou um grau de incerteza. Acrescenta que o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais está aprovado. Refere também que o programa municipal só pode ser construído depois de aprovado o plano regional do Norte, sendo este último que vai dar diretrizes e orientação quanto às faixas principais e secundárias ao plano Sub-Regional da Área Metropolitana do Porto, e só depois do Sub-Regional aprovado é que o Município poderá ter um programa. A senhora Presidente da Câmara esclarece ainda que a nova lei não retira os deveres aos municípios e aos privados, com a não aprovação do plano perdeu-se foi a capacidade de programar a intervenção, o que leva a que não seja humanamente possível fazer todas as intervenções que a lei impõe, dizendo ainda que o município está ansioso que este plano em falta saia o mais rápido possível. Quanto ao Museu Municipal, a senhora Presidente da Câmara diz que é notório para todos o esforço que foi desenvolvido na sua dinamização, questionando se há alguma sugestão em concreto para aquele espaço. Quanto ao Radar Meteorológico, que esteve fechado no período da pandemia, porque não era possível assegurar a ventilação do espaço. Diz ainda que ainda não foi possível reabrir, porque a empresa proprietária desta infraestrutura está a fazer obras de intervenção, fruto de algumas inconformidades que foram detetadas, sendo reaberto assim que possível. ----------

---------- O senhor Artur Miler voltou a pedir a palavra: relativamente ao Radar, pergunta se está ou não planeado a sua abertura? Relativamente aos transportes, refere que aquilo que referiu é informação da imprensa, considerando que aquilo que a senhora Presidente da Câmara vai responder será, certamente, uma informação mais fidedigna sobre como estão os processos. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara para mais esclarecimentos: a senhora Presidente da Câmara considera que foi isso que fez, apesar de não ser um assunto que esteja no âmbito deste ponto. Quanto ao Radar, como este está em obras, a senhora Presidente da Câmara considera que não pode dar uma data para a sua reabertura, porque este é um equipamento do IPMA e terá de ser este a dar a confirmação de que está tudo conforme. ----------

---------- Em seguida interveio a senhora Fátima Pinho cuja intervenção está relacionada com alguns aspetos do documento referente à atividade municipal. Parabenizou a Câmara Municipal pelo Projeto Destino Emprego dado a sua importância social, contudo, diz, ao contrário do que acontece, é

importante que o mesmo não seja letra morta: isto é, que deve ser verificado o real impacto na nossa comunidade, e com isso quer antecipar, que se deve estar com atenção aos reais postos de trabalho que são criados com este projeto; não podendo deixar que seja apenas um projeto de cariz formativo e lúdico, pois é preciso uma efetivação deste compromisso social nas empresas. Para isso, o Município deve continuar a estimular este projeto, aliando-lhe uma atitude atenta, uma vez que todos os projetos têm o devido planeamento, a senhora Fátima Pinho pretende perceber qual a meta da Câmara Municipal no que toca à quantidade de postos efetivos de trabalho pretende concretizar através deste projeto. Pretende ainda perceber, da mesma forma de quantos postos efetivos de emprego tem a câmara municipal como meta de projeto criar, quantos são assim destinados para jovens. Questiona ainda, visto que nos passados dias 16 e 17 de fevereiro ocorreu a capacitação de técnicos, como é que esta correu e quais as perspetivas de futuro destes sobre projeto. Relativamente também a esta alínea d), sobre a criação, a nível da AMP, de uma unidade técnica local – Área Metropolitana Porto-Sul – onde 5 municípios pretenderam criar uma zona mais desfavorecida, elencando uma série de prioridade socais que vão constar do plano que está a ser elaborado, questionando quais foram as prioridades que o município de Arouca elencou e questiona ainda como é que este plano, cronologicamente, vai ser desenvolvido desde a sua finalização até à própria execução. Relativamente à alínea e), questiona qual foi o critério de seleção utilizado e subjacente às aldeias e locais escolhidas, deixando o repto de que se realize, quando existir orçamento para tal, noutras aldeias com igual importância. Relativamente ao Orçamento Participativo, parabeniza a execução desta medida e os próprios projetos submetidos, e diz ainda que 50 mil euro não é mau, apesar de ter sido alargado a 58 mil euros, mas que anseia que se possa alargar esta verba, porque este ano (apenas) houve 43 projetos submetidos, refletindo-se assim o interesse da comunidade arouquense. Relativamente aos recursos e processos judiciais pendentes, diz que o município ainda não deu resposta à questão da deputada Alda Portugal na última Assembleia Municipal acerca do processo que corre no Tribunal da Propriedade Intelectual de Lisboa, questionando o que está na base desta ação. Ainda sobre o anexo 27, e sobre o processo em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (Conduril), questiona o que está em causa, e como se está a desenvolver esta ação, nomeadamente o valor da indemnização pedida pela construção da Ponte. Por fim, e quanto ao anexo 14, a deputada faz uma análise da diminuição dos utilizadores da biblioteca municipal, colocando em causa os anos de 2019, 2020 (excluindo 2021 pela questão da pandemia) e janeiro de 2022, sendo patente uma clara diminuição de utilizadores, relevando que a biblioteca municipal se encontra desatualizada face às necessidades dos munícipes a nível de utilização, relembrando que a bancada do PSD, nomeadamente as gerações mais novas, que há muitos anos

revindicam a requalificação, questiona como é que será possível ter a obra concluída no ano de 2022 se no orçamento a requalificação tem como data de inicio janeiro de 2018 e termina em dezembro de 2023.-------- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos: clarifica que o projeto Destino Emprego não tem carater lúdico, dizendo que o município está a trabalhar com a Associação Salvador, e aquilo que foi feito é um projeto para o futuro a pensar na inclusão para o emprego, capacitando aqueles que acolhem, recebem e trabalham com pessoas com mobilidade reduzida. Diz ainda que já foi feita uma primeira ação com alguns empresários para alertar para a necessidade de integrar os jovens com deficiência no mercado de trabalho mediante o seu perfil. Refere que vai também ser feito, um bootcamp, com oferta e procurar conseguir integrar estes 42 jovens inscritos. Quanto à questão da UTL, a senhora Presidente da Câmara diz que o município está a trabalhar no seio da Área Metropolitana no âmbito das comunidades desfavorecidas, foram criadas, através de uma empresa que está a fazer o acompanhamento, 5 ou 6 unidades de CLDS, onde se insere o município de Arouca. Diz ainda que a UTL está a definir um programa de ação para o poder apresentar no âmbito das comunidades desfavorecidas que incluiu 125 Milhões de euros para a AMP. Quanto aos critérios de seleção das aldeias, foram selecionadas várias aldeias, tendo em conta o projeto teatral a desenvolver. Esclarece ainda que identificaram as temáticas que consideraram pertinentes. Quanto ao orçamento participativo a senhora Presidente da Câmara esclarece que não foram 50 mil euros, mas sim 58 mil euros e que o município está a acompanhar muito de perto todos os projetos, acrescentando que há uma verdadeira preocupação em lançar a 2.ª edição. Quanto às ações que estão em tribunal, a senhora Presidente da Câmara considera que não deve pronunciar-se sobre estes porque estão em fase de instrução, relembrando que, no que concerne ao processo a correr no Tribunal de Propriedade Intelectual este tem a ver com o facto de Otávio Canhão, considerar que é o pai das duas obras: Passadiços do Paiva e da Ponte Pedonal Suspensa. Quanto à Conduril, esta exige um valor muito elevado (quase o valor da obra) devido aos atrasos na construção, informando também que a empresa, já demonstrou interesse em negociar com o município, estando os advogados a tratar deste assunto, dizendo ainda que assim que tiver mais informações comunicará. Quanto à questão da biblioteca, reitera que a palavra "desatualizada" nunca foi usada por si para se referir ao estado da biblioteca municipal. Diz ainda que esta obra está inscrita nas Grandes Opções do Plano e irá ser feito aquilo que neste momento é urgente, que é, por exemplo, a redefinição do horário – estar aberta ao fim de semana, por exemplo – mas é preciso reavaliar, porque isto vai exigir uma reformulação nos horários, dizendo ainda que todas as contribuições são bem-vindas. Acrescenta ainda

que está a ser trabalho uma ampliação do edifício e isso será mais complicado e levará mais tempo porque este edifício não é do município, é um edifício que está no âmbito do centro histórico e, por isso, exige autorizações da Direção Geral da Cultura, mas agradece as notas que a deputada Fátima Pinho deu.---------- ----------

---------- A senhora Fátima Pinho questionou novamente: pede que a senhora Presidente da Câmara que a esclareça uma vez que na informação da atividade municipal diz concretamente "tendo já realizado o mapeamento das prioridades sociais dos 5 municípios" pedindo assim que a senhora Presidente da Câmara esclareça quais as prioridades que o município de Arouca deu. Relativamente ao ponto do orçamento participativo, esclarece que referiu os 58 mil euros. Relativamente à biblioteca, esclarece que foi uma palavra usada por si e que é a sua opinião. Questiona, atendendo aos esclarecimentos dados, porque é que a senhora Presidente da Câmara diz numa intervenção desta Assembleia Municipal diz que a requalificação da biblioteca iria ser feita até dezembro de 2022. Relativamente às aldeias municipais que foram escolhidas, questiona porque é que São Miguel do Mato, Fermedo, Escariz não foram escolhidas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara para mais esclarecimentos: que diz que governar é fazer escolhas e que as opções nem sempre vão ao encontro daquilo que todos os munícipes querem. Quanto à biblioteca municipal, clarificou que vai ser feita uma requalificação ainda este ano, a não ser que algo extraordinário aconteça. ----------

---------- Interveio o senhor Pedro Bastos, que começa por dizer que relativamente à questão dos WC's de mobilidade condicionada, a senhora Presidente da Câmara disse que poderia dar sugestões de melhorias e considera que foi isso que fez na última Assembleia Municipal, e conclui que apenas o que deu como exemplo foi revisto, mais nenhum. Relativamente à obra no Parque de Campismo, projeto orçado em um milhão e quatrocentos mil euros, que não avançou por falta de financiamento e questiona a senhora Presidente: - o projeto que prevê este orçamento prevê alargamento da área do parque e se sim, qual a área? E continua dizendo, considerou, a senhora Presidente, na sua intervenção como necessária e urgente o serviço de autocaravanas e a reparação dos Balneários, então questiona se não seria necessário e urgente a renovação do telhado? Relativamente ao Projeto Desenvelhecer, é reconhecido o mérito, mas questiona se quando terminar o prazo de execução de financiamento a autarquia prevê dar continuidade ao projeto ou se será mais um projeto que estará apenas em execução enquanto houver financiamento dos fundos comunitários, perdendo-se, desta forma, o trabalho conseguido durante o ano e meio. Questiona ainda a senhora Presidente da Câmara se esta tem ideia de quando poderá custar o projeto por ano, sem fundos comunitários? Quanto ao arranjo urbanístico da

Portela, este terá sido concluído a 17 de fevereiro de 2022, e questiona se a obra já foi entregue definitivamente ou continua entregue provisoriamente? Já foi ou está prevista alguma cerimónia de inauguração do espaço? Justificando que continua a ver as valetas daquela zona por limpar e a zona que serviu de estaleiro com algum lixo proveniente da obra. Questionou, ainda a senhora Presidente sobre a necessidade das obras na via pública entre a Escola Secundária terem início no imediato, causando assim sérios constrangimentos ao normal funcionamento da escola, ao tráfego local, ao comércio envolvente e aos próprios pais dos alunos com a dificuldade de tráfego ao levar os seus filhos à escola. Quanto irá custar à autarquia as adaptações dos espaços e a instalação de infraestruturas como contentores, cobertos, extensão de redes elétricas e informáticas devido às obras iniciarem e decorrerem em tempo de aulas? E refere ainda que se as obras se realizassem em finais de junho ou início de julho (no final dos exames Nacionais) e terminassem antes do início do próximo ano letivo, sairiam todos a ganhar. Assim saímos todos a perder. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos que considerou pertinentes dizendo, relativamente aos WC's, que estes foram reparados, e que tomou nota das intervenções feitas e de tudo o que não está conforme devia estar, e os serviços irão dar seguimento aquilo que tiver de ser feito. Quanto ao parque de campismo, o alargamento não está previsto nesta fase de projeto, sendo que o mesmo pode ser feito de outra forma. Acrescenta ainda que, juntamente com quem está a explorar o parque de campismo foi considerado prioritário avançar-se com a intervenção nos balneários, e refere ainda que esta intervenção obrigou a um esforço do município pois sai do orçamento deste (ao contrário do parque de autocaravanas que será cofinanciado. E continua dizendo, quanto a este assunto, que estão a tentar, juntamente com quem está a explorar o parque de campismo, que durante este período da obra se consiga manter em funcionamento alguma da atividade do Parque. Quanto à questão do arranjo urbanístico da Portela, a senhora Presidente da Câmara diz que se há algo desconforme os serviços irão verificar a questão, e esclarece que há a necessidade de uma segunda intervenção que não está nesta empreitada e, por isso, não vai inaugurar uma obra enquanto não estiver tudo conforme. Quanto à questão do projeto Desenvelhecer, a senhora Presidente da Câmara diz que o município vai tentar dar continuidade ao projeto, e implica um valor de 150 mil euros por ano para a instituição e o município está a contribuir enquanto investidor social. Relativamente à intervenção junto à Escola Secundária, a senhora Presidente da Câmara esclarece que não fazia sentido esperar até ao final do ano letivo, até porque nessa altura outras questões irão ser levantadas: emigrantes, maior movimento, etc. Esclarecendo que as questões de segurança são para a autarquia muito importantes e, por isso, decidiram avançar com a obra, com custos

muito reduzidos, com reforço interno das equipas, conseguindo assim promover uma alteração à entrada da Escola Secundária. ----------

---------- Interveio ainda o senhor José Maria Ribeiro, que considera que esta obra, que foi recentemente adjudicada no Parque de Campismo, vai apenas adiar um projeto que é de extrema importância para o turismo, questionando assim se foi feito algum estudo prévio com vista a obter um parque de qualidade, e quantos parques a senhora Presidente da Câmara ou algum dos membros da sua equipa visitaram que seja considerado pela critica como um modelo a seguir. Questiona ainda qual a classificação que o parque vai obter com estas obras. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos: esclarece que não está a adiar projeto nenhum, dizendo que está a avançar com aquilo que é essencial para este projeto, mas ainda há questões não fechadas neste projeto, esclarecendo que não há uma preocupação em alargar ou aumentar o número de visitantes, mas sim em requalificar e garantir a qualidade para quem visita. ----------

---------- O senhor José Maria Ribeiro pede a palavra novamente para dizer que a senhora Presidente da Câmara não respondeu às perguntas feitas, e repete-a uma delas: com as obras que vão ser feitas agora, qual a classificação que o Parque de Campismo vai ter. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu, novamente, a palavra à senhora Presidente da Câmara que esclarece que neste momento o projeto é de requalificação do Parque, depois deste determinado, tratar-se-á da classificação. ----------

---------- Interveio o senhor Luís Almeida, relativamente ao projeto de requalificação da biblioteca e ainda sobre a contratualização inclusiva, recorda e congratula a evolução da senhora Presidente da Câmara, porque há muitos anos, quando a esta era vereadora da Cultura, fechou dois espaços internet que eram grandemente responsáveis pela afluência das pessoas à biblioteca, nesses espaços existiam dois funcionários da Câmara com deficiência, e espera que o projeto seja concretizado. Questiona, quanto a este projeto, se a autarquia vai comparticipar na contratação com dificuldades. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclarece que estes dois funcionários não estavam afetos ao município, estavam como prestadores de serviços no âmbito de um programa do Espaço Internet, e esclarece também que não foi ela que encerrou estes serviços, os quais passaram a funcionar na biblioteca em Arouca e em Escariz. A senhora Presidente da Câmara esclarece ainda que, na questão dos concursos para emprego, bastará que a pessoa esteja apta para o serviço, não fazendo o município qualquer discriminação quanto à mobilidade ou incapacidade. ----------

28.02.2022

---------- O senhor Luís Almeida pede a palavra para esclarecer que os dois funcionários estavam com um contrato individual de trabalho e não como prestadores de serviços. ----------

---------- Interveio ainda o senhor Rui Vilar, que intervém novamente sobre a problemática da água, e questiona qual a data em que o estudo foi terminado, e se este poderia ser disponibilizado, por exemplo, aos vereadores e membros da Assembleia Municipal. Relativamente ao Luso Jornal, diz que a questão que fez na última intervenção foi específica e de resposta simples, pedindo que a senhora Presidente respondesse a esta. Acrescenta ainda e, pegando numa frase da senhora Presidente da Câmara "a vida é feita de opções", considera que quando estão em causa políticas públicas e municipais, as opções da Presidente da Câmara são opções do executivo e são as opções que influem na vida dos arouquenses, considerando assim que a justificação que a senhora Presidente da Câmara vem dando é vaga.----------

---------- Tendo sido dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara, diz que quanto ao estudo das águas o estudo, acha que este já foi distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, mas vai verificar este assunto. Em relação ao Luso Jornal foi uma entrevista dada sem qualquer tipo de custo associado à mesma. ----------

---------- Interveio o senhor Jorge Oliveira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e parabenizou a Câmara Municipal pelo desenvolvimento de alguns projetos: Ecovia, Orçamento Participativo e também o projeto de auscultação relacionado com a Estratégia Municipal de Saúde, criticando apenas este último relativamente à envolvência das Juntas de Freguesia e dos munícipes, esclarecendo que foi pedido pelo município e pela Universidade de Aveiro que estivessem presentes cinco munícipes de cada freguesia e isso não aconteceu no Agrupamento de Escolas de Escariz e no de Arouca.----- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que fez algumas considerações, nomeadamente sobre a Estratégia Municipal de Saúde: realça que a participação é fundamental, tanto na saúde como na área social. Esclarece que este projeto foi iniciado em novembro de 2021 e conta ter aqui o diagnóstico em maio de 2022, estando ainda a decorrer as participações/respostas ao questionário, realçando novamente que todos os contributos são importantes para se construir um diagnóstico que vá de encontro às preocupações e ambições dos munícipes. Conta que em junho de 2022 se comece a definir os eixos estratégicos de intervenção, em julho decorra a discussão pública, para que no final do ano haja uma estratégia municipal de saúde aprovada. ----------

---------- Interveio o senhor Afonso Portugal para fazer alguns esclarecimentos sobre a dinâmica dos dois órgãos do Município: Câmara Municipal e Assembleia Municipal – são dois órgãos autárquicos,

sendo que o município é representado por estas duas entidades, a Câmara é o órgão executivo e a Assembleia que tem poderes fiscalizadores, por isso, os membros da Assembleia Municipal podem questionar tudo à Câmara e na pessoa da senhora Presidente, mas diz que não é possível exigir respostas às perguntas. Diz ainda que a senhora Presidente da Câmara executa o programa que divulgou aos arouquenses e que foi sufragado por maioria absoluta, e é o executivo que toma aquela opção. Faz ainda uma crítica, dizendo que não compreende como é que há tanta abstenção num órgão executivo. E ainda sobre a maneira como a Câmara Municipal publicita, dizendo que o executivo tem todo o direito de expor na comunicação social e nas plataformas aquilo que faz e que fez, considerando que é legítimo que o faça, desde que não diga mentiras. Pedindo, por fim, que se evite as perguntas repetitivas.----------

---------- **3.2 FLUXOS DE CAIXA/INTEGRAÇÃO DE SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GOP:** ----------

---------- No ponto 3.2 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação deste ponto da ordem de trabalhos: começa por dizer que a lei permite à afetação do saldo antes da aprovação das contas, portanto, pode ocorrer a partir de janeiro, desde que esteja feito o apuramento de mapa de fluxos de caixa, que é isso que está a ser feito através dos documentos. Trazendo assim, o executivo, a aprovação, à Assembleia Municipal, os fluxos de caixa e a 1.º revisão ao orçamento e às grandes opções do plano, integrando o saldo, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, decorrida votação por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.3 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS – CONCRETIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL:** ----------

---------- Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.3, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que esclarece que o que a Câmara traz é uma proposta de reiterar a não aceitação das transferências na área social, conforme foi decidido na Câmara, considerando que esta é a posição mais responsável e a que melhor defende os interesses da autarquia e da população. A legislação atual permite esta não aceitação, porque sabe que alguns dos municípios, como é o caso de Arouca, não estão ainda preparados para assumir estas competências, considerando assim, o executivo, que não se reúnem as condições necessárias, porque considera que há um conjunto de indefinições e incoerências na lei. Diz também que o município tem reunido, não nesta competência, mas tem vindo a trabalhar na área social, educação e saúde com as diferentes equipas, dizendo ainda que são dos poucos municípios da região norte que conseguiu reunir com a Saúde. Na

área social, foi criada uma Comissão de acompanhamento que tem pessoas já identificadas por parte da equipa do município em diferentes áreas, porque estas transferências têm várias áreas transversais que afetam as dinâmicas dos serviços do município, e portanto, a 28 de janeiro de 2022 saiu um despacho de alteração que permite prorrogar os prazos e a 14 de fevereiro de 2022 é dado o prazo para o município poder prorrogar a competência ate 31 de dezembro de 2022, considerando, assim, a Câmara que é o melhor para que se possa ter tempo e para que se possa trabalhar com as IPSS's, Instituições e Serviços da Segurança Social. Na área da educação, é uma das competências que não vai ser prorrogada. Na área da saúde, foram enviados novos mapas que são necessários analisar ainda. Esclarece ainda que o documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, foi enviado atempadamente a todos, e encontra-se disponível para responder às questões dos presentes, pedindo que a Assembleia não autorize esta transferência e que esta autorize a prorrogação do prazo. ----------

---------- Sobre este assunto, transferência de competências para os órgãos municipais, intervieram os senhores Óscar Brandão, Afonso Portugal e Rui Vilar.----------

---------- O senhor Óscar Brandão começa por fazer um aparte, dizendo que, historicamente, nesta Assembleia nunca ninguém se sentiu condicionado, lembra-se de Assembleia que ocorria da parte da manhã, tarde e que se prolongava para a noite, permitindo que todos expressassem aquilo que entendiam nos diferentes pontos e nas diferentes matérias e, por isso, lamenta e reprova que quando alguém intervém haja deputados da Assembleia que se limitam a "mandar bocas". Acrescenta ainda que não considera que o Presidente da mesa da Assembleia tenha alguma responsabilidade nesta matéria. Diz ainda ponto que é preciso que haja respeito por todos na Assembleia Municipal, mesmo quando há diferentes pontos de vista nas matérias. Por fim, acaba dizendo que não teve oportunidade para falar anteriormente, mas considera que a senhora Presidente da Câmara deturpou a sua intervenção anterior, porque o deputado quis nunca foi retirar valor às Associações de Arouca, tendo mesmo sido dirigente associativo durante muitos anos, acrescentando que apenas se referia a uma prática nova que a senhora Presidente da Camara não quis explicar, e considera que está no seu direito, mas explica que o que existe são três formas de abordagem ao apoio às associações: um que tem a ver com os valores que são colocados no orçamento, outro tem a ver com um protocolo/regulamento que é rígido/exigente, mas que está muito bem, e o novo paradigma/conceito, que a senhora presidente não foi capaz de explicar. Quanto ao ponto da ordem de trabalho, refere que já não surpreende esta aversão à modernização da gestão autárquica, porque é disso que efetivamente se trata. Nesta matéria, a Câmara de Arouca só quando for obrigada é que concretiza a transferência de competências, vai ser assim na saúde e na

educação. Desta feita, e segundo a proposta, a Câmara considera "que a autarquia não reúne ainda as condições necessárias para exercer estas competências de forma cabal" e assim assume, mas não é capaz de dizer porque não reuniu as condições e sobretudo que condições em concreto. E continua a questionar: Não se estruturou? Não foi capaz? E não foi capaz quando se sabe que toda a legislação orgânica estava publicada inclusive o despacho que determina os valores atribuídos ao município de Arouca. A senhora Presidente afirma também a importância de reorganizar os serviços, mas porque não o fez sobretudo quando esta lacuna foi já registada em abril de 2011, conforme consta da proposta similar que foi colocada a discussão e votação? E refere ainda, o PSD, na sessão de 3 de dezembro de 2020, da Assembleia Municipal, no seu ponto - 4 – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS -, alertou para esta questão e realçava a importância da maioria socialista fazer "o trabalho de casa", trabalho este que lamentavelmente não foi feito. Afirma ainda que as generalidades das Câmaras não assumem esta competência porque consideram que cheque passado pelo Governo é insuficiente, em Arouca não sabemos. No âmbito do processo de descentralização lamentamos, mais uma vez que, por exemplo nas transferências para as freguesias nada tenha sido feito. Em Arouca nem uma mera delegação de competências numa pequena obra foi feito, talvez por mero capricho não se garante o funcionamento de proximidade, apostando no princípio de subsidiariedade segundo o qual faz melhor quem conhece melhor e está mais perto. Só no distrito de Aveiro e nas últimas semanas foram várias as Câmaras a promover delegações de competências, sendo a mais divulgada em Aveiro. Continua o senhor Óscar Brandão a dizer que é seu entendimento que a descentralização de competências permitirá ao município ter instrumentos que até hoje não tem nas mais diferentes áreas como a saúde e educação. É nosso entendimento que a Descentralização respeita critérios de racionalidade e de boa gestão sobretudo porque se transfere competências para órgãos mais próximos das populações e, por isso, conhecedores das pessoas e dos seus concretos problemas. Por fim, questiona a senhora Presidente sobre se já tem informação concreta sobre quais os impactos financeiros, ao nível dos recursos humanos e na orgânica da câmara, pois é sabido que tem havido reuniões de trabalho com o Ministério da Educação e da Saúde, dizendo que é mais importante saber com o que se vai contar, em termos de impactos financeiros, quantos funcionários/assistentes operacionais e administrativos a Câmara vai receber, que valores é que envolve e porque é que isso não foi contemplado nas grandes opções do plano e do orçamento. ----------

---------- O senhor Afonso Portugal começa por dizer que neste ponto voltamos à questão de saber se a Câmara está apta a aceitar estas transferências ou não, explicando o porquê. Acrescenta que se crê que ainda não houve nenhum município em Portugal que tenha aceitado esta transferência de

competências, questionando a Assembleia sobre o porquê de martirizarmos um município pequeno. Diz ainda que só é possível determinar a nível financeiro determinados custos se souber quais são os meios (humanos, financeiros, de instalações) que vão absorver esses mesmos custos. Dando mesmo o exemplo da Câmara do Porto, que não aprovou, em reunião de Câmara, estas transferências. Acrescenta ainda que se o próprio executivo diz que não está capaz e pede a prorrogação, considera que deve ser seguida a sua opinião, e que não se deve aprovar esta transferência de competências, mas sim o prazo de prorrogação. ----------

---------- O senhor Rui Vilar vem defender a abstenção dos vereadores, relembrando o tema crucial do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde foi pedida uma votação vincada, na qual o próprio votou contra e o senhor Afonso Portugal absteve-se. Considerando que a abstenção é um poder mais do que legitimo da democracia, não se devendo menorizar o papel dos vereadores. ----------

---------- O senhor Afonso Portugal pede a palavra novamente, dizendo que não menospreza os vereadores, explicando que se absteve, mas explicou porque o fez. Acrescenta ainda que considera que os vereadores da oposição têm todo o direito de se absterem. ----------

---------- Em seguida, o senhor Rui Vilar sugeriu que os vereadores da oposição pudessem explicar o motivo de se terem abstido sobre este assunto em reunião de Câmara, sugestão que foi declinada pois em Assembleia Municipal a intervenção é sempre assegurada pela Presidente de Câmara. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, referindo que nada mais tem a acrescentar. ----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 19 abstenções. ----------

---------- **3.4 REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – ALTERAÇÃO:** ----------

---------- No ponto 3.4 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara tendo esta referido que o que traz aqui é uma alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude para introduzir algumas alterações ao regime jurídico, fazendo a adequação deste Regulamento às normas e regras em vigor. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.5 PLANO GERONTOLÓGICO – CONHECIMENTO**; ----------

---------- No ponto 3.5 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que solicitou à equipa para fazer um pequeno resumo das principais premissas deste ponto,

com apresentação, deste ponto da ordem de trabalhos, dizendo que este plano é apenas para conhecimento e não para votação. Este é um documento que tem um prazo de 3 anos – de 2022 a 2025 – que tem vários pilares estratégicos e que tem a pessoa idosa como intervenção alvo. A gerontóloga Vânia Gonçalves começa por dizer que este plano é um instrumento de planeamento estratégico dirigido à população idosa onde é definida a estratégia de intervenção a desenvolver, numa introdução de cidadania plena e de uma sociedade inclusiva que se preocupa com a qualidade de vida e bem-estar de toda a sua comunidade. De acordo com os dados recolhidos em 2019, é possível observar que a faixa etária que está a aumentar é a faixa dos 75 ou mais anos, em 2022 já estamos com 5033 pessoas com mais de 75 anos. O índice de envelhecimento, em Arouca, passou dos 116 para 166, ou seja, por cada 100 jovens dos 0 aos 14 anos, temos 166 pessoas com mais de 75 anos, isto em 2019, em 2021 já passou para 188. Dado a este envelhecimento populacional, é necessário um desenvolvimento de políticas e respostas especificas para a população. Neste plano os objetivos são: contribuir para o desenvolvimento de politicas locais que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas, promover a criação de oportunidades para a permanência de pessoas idosas do seu meio natural (adianta ainda que, em Arouca, apenas 5% da população com mais de 75 anos está institucionalizada), facilitar a mobilidade das pessoas idosas no espaço físico, capacitar a aprendizagem ao longo da vida, estimular a participação ativa da população na comunidade, com especial destaque para a temática do envelhecimento, fornecer a oportunidade de remover barreiras à participação, integração e pretensa. Ressalva que este plano foi elaborado durante o confinamento, o que poderá ter influenciado alguns resultados. Para obter os resultados ouviram o publico alvo deste plano, os Presidentes das Juntas de Freguesia, os párocos, as IPSS's, as Instituições e outros parceiros de interesse na área. Salienta os principais desafios: isolamento e solidão. Quando questionaram sobre as soluções, muitas das pessoas referiram o apoio económico não como uma solução, mas como uma verdadeira ajuda. Relativamente ao plano de ação, este tem como objetivo estruturar as intervenções estratégicas e integradas, com intervenção direcionada para o envelhecimento ativo e saudável, acessibilidade, segurança e habitação. Acrescenta que o plano não é um documento estanque, por isso mesmo, mostra-se aberta para novas sugestões ou problemas que possam surgir. Refere ainda que o documento teve como base vários documentos nacionais e internacionais, diz ainda que desde setembro de 2021 que o município está inserido na rede mundial das cidades amigas das pessoas idosas da OMS. Refere ainda que com este plano o município de Arouca fica dotado de um plano de ação que permite responder às diferentes dimensões do desafio do envelhecimento.----------

28.02.2022

---------- Intervieram os senhores Artur Miler e Pedro Sousa, que parabenizaram a equipa e teceram algumas considerações sobre este plano. ----------

---------- O senhor Artur Miler, refere que o Plano Gerontológico de Arouca aqui apresentado merece o nosso reconhecimento pois é um documento muito interessante e que, esperemos, consiga ser desenvolvido nas datas estipuladas a que se propõe. Este documento, este estudo que lhe serve de base, pode e deve ser utilizado como base e documento de consulta para as várias áreas de intervenção em termos de políticas públicas do município. Ressalvo ainda o facto de poder, inclusivamente, com a sua divulgação, poder ser referido em vários outros estudos sobre esta relevante matéria. ----------

---------- E continua dizendo, no que se refere à Estratégia Municipal de Saúde, que se encontra em elaboração, saúda pela possibilidade de auscultação dos autarcas eleitos nesta Assembleia Municipal, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia e Vereadores eleitos, forças vivas e coletividades relevantes e a população arouquense. É esta a postura certa para um documento que se pretende estruturante para o Município e preparado para poder fazer face aos desafios associados à delegação de competências no âmbito da Saúde. Mais ainda: estranho o facto de não se pensar em organizar um Fórum sobre a Estratégia Municipal de Saúde dirigido aos profissionais de saúde que exercem a sua atividade no nosso concelho, a saber, médicos, enfermeiros, secretários clínicos, e outros profissionais ligados ao setor privado convencionado que prestam serviço em Arouca e reforça que deixa assim esta sugestão. Sugeriu também uma melhor divulgação junto da população sobre a sua participação nessa mesma estratégia, mesmo sabendo que está disponível essa mesma informação e respetivo questionário no site, mas a publicidade nos órgãos de comunicação social regional, divulgar nos MUPI disponíveis com um design e visual atrativo podem ser outras formas de conseguir o maior número de contributos. Ainda no que respeita a este tema, na reunião que participou, e também em artigo de opinião e aqui volta a referi-lo, e diz "gostaria de deixar clara a necessidade e a oportunidade de se aproveitar os fundos disponíveis no PRR para a construção de um novo Centro de Saúde em Arouca. É por demais evidente e transmitido pelas entidades e trabalhadores daquela Unidade as dificuldades acarretadas pela manifesta falta de condições e de espaço para conseguir alocar todos os serviços de saúde disponíveis para fazer face aos novos desafios. O edifício atual está "lotado", não podendo ser alargado e sendo muito difícil, digamos assim, serem alocadas novas valências já previstas e as que poderão surgir no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários. Esse novo edifício e a extensão da Unidade de Saúde de Escariz (uma pretensão há muito apontada pelo PSD) são condição base, creio, para que possamos ter um Município mais bem preparado e que saberá projetar o futuro da sua comunidade agindo no momento certo." ----------

---------- O senhor Pedro Sousa agradece a intervenção da equipa, e lamenta que o documento tenha de ser apresentado tão a correr. Congratula que se faça este plano numa altura em que estamos todos tao habituados a falar de natalidade ou mesmo de Conselho Municipal da Juventude, correndo-se o risco de esquecermos este envelhecimento da população. Deseja ainda boa-sorte a todos os envolvidos na implantação deste plano. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, referindo que nada mais tem a acrescentar.----------

---------- 3.6 MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A. – RECONHECIMENTO DE INTERESSE (TROPEÇO):----------

---------- No ponto 3.6 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve referência deste ponto: diz que são pedidos de reconhecimento de interesse público para a instalação da estação da Rádio e Comunicações, neste caso, em Tropeço, resultado da sensibilização que o município veio fazendo, tendo aqui uma das respostas. ----------

---------- Interveio o senhor Pedro Bastos sobre a documentação enviada e inicia por dizer que gostaria de deixar uma nota de alerta para que se tenha mais cuidado com os documentos enviados para a análise pelos membros da Assembleia, pois nos documentos em causa, mais propriamente na planta de localização, não é percetível a localização das referidas antenas. Recordou que se trata de empresas que faturam milhões e que apenas visão o lucro, não estando minimamente preocupadas com as populações locais e também que o aluguer de terreno para instalar uma antena num terreno que se consiga reconhecer o interesse Municipal sai muito mais baixo que alugar um terreno previsto para construção. Em seguida, questiona a senhora Presidente sobre se os pedidos foram acompanhados por algum estudo técnico (como medição de sinal entre outros) que justifique a escolha da localização em causa? E ainda se foram previamente consultadas as juntas de freguesia em causa com tempo suficiente para que estas conseguissem, em conjunto com os seus fregueses, prenunciarem-se sobre o reconhecimento de interesse, a importância e sua vontade para tal instalação? Coloca esta questão porque se recorda da problemática da instalação de uma antena nas imediações da estrada que acede à Senhora da Mó, na Freguesia de Moldes.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos que considerou pertinentes: diz que, relativamente a esta questão, a senhora Presidente da Câmara não tem consigo o documento, mas esclarece que é possível ser solicitado em devido tempo os documentos que podem não ter chegado nas melhores condições. Relativamente à questão colocada, responde que houve uma avaliação e apreciação técnica, e é esta avaliação que exige

da Assembleia o reconhecimento de interesse público para a instalação. Acrescenta ainda que não tem informação naquele momento, mas garante que os serviços analisaram em função do que tinham de analisar, e se a empresa apresentou uma proposta de colocação num espaço privado, com a qual fez a negociação previamente, e não havendo nada do ponto de vista técnico de apreciação e está tudo conforme, compete agora decidir se é do interesse público e se importa reconhecer ou não.----------

---------- Interveio o senhor Afonso Portugal sobre este assunto, em especial sobre a necessidade deste serviço para população de Tropeço: esclarece que Tropeço não tem nenhuma antena de MEO, tem uma de NOS, e considera que é importante para a população desta freguesia terem duas antenas, sendo evidente que este é do interesse da população, considerando que não se deve questionar isto nem se este é ou não o melhor sítio para a colocação desta. ----------

---------- O senhor Pedro Bastos, voltou a intervir sobre este assunto dizendo que interpelou a senhora Presidente da Câmara porque não considera que as informações enviadas foram suficientes para que o próprio possa tomar uma posição responsável, em função da problemática que referiu há pouco, referindo que não é só porque há necessidades que se deve fazer as coisas a todo o custo, e aceitar de qualquer maneira, esclarecendo que nunca referiu que não era uma medida importante no seu discurso. Acrescenta ainda que não obteve qualquer resposta a uma das perguntas que fez anteriormente em relação às Juntas de Freguesia terem ou não sido consultadas e se estas se pronunciaram, mas não coloca isto em questão, dizendo que a senhora Presidente da Câmara não é obrigada a responder. --------

---------- O senhor Afonso Portugal voltou a manifestar-se dizendo que se alguém sabe de algum inconveniente deve apontá-lo, quando uma entidade apresenta um projeto e foi aprovado pelos técnicos competentes e não há nenhuma petição em contrário, não nos devemos opor.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo a mesma referido que a sua intervenção foi esclarecedora e nada mais tem a declarar.----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 2 abstenções, tendo o senhor Pedro Bastos apresentado uma declaração de voto: absteve-se porque a senhora Presidente não respondeu à pergunta que este lhe fez e, por esse motivo, não tem as informações necessárias para tomar uma decisão consciente.----------

---------- **3.7 MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A. – RECONHECIMENTO DE INTERESSA (MANSORES):----------**

---------- No ponto 3.7 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve referência deste ponto: dando nota que é a mesma situação do ponto

anterior, mas em Mansores, esclarecendo que foram consultadas as entidades respetivas para se pronunciarem sobre o possível conflito com outros interesses. ----------

---------- Intervieram os senhores Luís Almeida e Pedro Bastos sobre este assunto. ----------

---------- O senhor Luís Almeida diz que acha bem que se invista e que se ponha toda a gente com comunicações o mais próximo possível, mas considera que a Câmara devia pensar também em colocar as telecomunicações noutros locais como Canelas e Espiunca, porque a desertificação será muito mais rápida. ------ ----------

---------- O senhor Pedro Bastos voltou a questionar se foram previamente consultadas as juntas de freguesia em causa com tempo suficiente para que estas conseguissem, em conjunto com os seus fregueses, prenunciarem-se sobre o reconhecimento de interesse, a importância e sua vontade para tal instalação? - ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que diz que este é um processo de licenciamento, como tantos outros, que não exigem a pronúncia ou consulta do Presidente de Junta, acrescentando que foram consultadas as entidades competentes na matéria. ------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 2 abstenções, tendo o senhor Pedro Bastos apresentado a mesma declaração de voto: absteve-se porque a senhora Presidente não respondeu à pergunta que este lhe fez e, por esse motivo, não tem as informações necessárias para tomar uma decisão consciente. ----------

---------- 3.8 GRUPO DE TRABALHO DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO:----------

---------- Relativamente ao ponto de prorrogação do prazo do grupo de trabalho para a alteração do regimento, o senhor Presidente da Assembleia apresentou, numa breve descrição, esta necessidade: não foi possível ainda concluir os trabalhos de alteração ao Regimento que estão a ser levados a cabo pelo grupo de trabalho designado pela Assembleia Municipal, por circunstâncias diversas, sendo que o que está em causa neste ponto é uma prorrogação desse prazo para o clube de trabalho conseguir concluir os trabalhos, de preferência até à próxima Assembleia Municipal. Propondo assim um prazo não inferior a 120 dias, para que o grupo de trabalho possa continuar com o plano de alteração ao Regimento. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- 3.9 DECLARAÇÃO DE REGISTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS/PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO – CONHECIMENTO:-----

28.02.2022

---------- Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve referência sobre o mesmo: diz que este ponto é apenas para conhecimento dos compromissos e dos pagamentos/recebimentos em atraso de terceiros para com o município, à data de 31 de dezembro de 2021. A situação no dia de hoje é distinta daquela que era na altura, mas esta questão decorre da lei e, por isso, tem de vir a conhecimento da Assembleia Municipal.----------

---------- Interveio o senhor Pedro Bastos a pedir esclarecimentos, pois como diz este assunto é uma surpresa, desconhece a existência de recebimentos em atrasos, reparando que no documento que foi enviado se faz referência a uns copos no valor de 526,50€, questionando do que se trata, porque não entende porque é que alguém deve tanto dinheiro em copos à autarquia. Acrescenta ainda que já se falou na incubação do CI3, e diz que aparecem vários pagamentos em atraso, incluindo um deles de 885,60€, dizendo que para quem está a começar um negócio, parece que é um mau princípio começar com dívidas de renda. Refere também as dívidas das fotocópias autenticadas, dando o seu exemplo de como munícipe não levanta uma fotocopia autenticada sem pagar uma guia e, por isso, fica surpreso. ---

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos solicitados: diz que este documento tem de vir para que haja conhecimento destas dívidas e recebimentos em atraso. Relativamente aos copos, este é decorrente de uma dívida referente a uma participação na Feira das Colheitas em que implicava a aquisição de copos, como esta dívida ainda não esta regularizada vai mantendo-se aqui até que seja obrigatório. Quanto às outras questões, a senhora Presidente da Câmara diz que estas são situações já estão a ser regularizadas.--------

---------- **3.10 TRANSMISSÃO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO;**----------

---------- Relativamente ao ponto 3.10, o senhor Presidente da Assembleia apresentou, numa breve descrição, deste ponto: no seguimento da aprovação na AM de dia 30 de dezembro de 2021, os serviços da autarquia e com a mesa da Assembleia Municipal fizeram uma consulta informal ao mercado no sentido de perceber as condições para a transmissão das sessões e o tipo de procedimento a escolher, de entre as propostas chegadas, conclui-se que a empresa Sportflash Solution, Unipessoal Lda foi a que apresentou as melhores condições e, portanto, a Assembleia Municipal terá agora de deliberar no sentido de contratar ou não o serviço a esta empresa, que deu o preço mais baixo no valor de 1650€ + iva por 6 sessões de AM, começando já na próxima Assembleia. Atendendo a que se trata de um ajuste direito simplificado, atendendo ao valor em questão, não há necessidade de maiores formalidades.-------

---------- O senhor Luís Almeida pediu para intervir e foi lhe dada a palavra: diz que foi pedido um parecer à Proteção de Dados, mas que ainda não chegou, portanto questiona se se vai fazer um contrato sem saber se é possível ou não a transmissão. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece o senhor dizendo que a transmissão é possível, devendo a Assembleia apenas seguir o Regimento Nacional da Proteção de Dados e seguir os pareceres que a Comissão deste organismo tem a dizer sobre isto, mas não o parecer não tinha a ver propriamente com a questão de poder ou não haver transmissão, isso é possível, têm mais a ver com a questão do armazenamento do vídeo. Foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, a tendo o mesmo sido aprovada por unanimidade.----------

---------- **3.11 REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL:** ----------

---------- Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que se pronunciou sobre o mesmo: diz que este é um Regulamento que esteve em consulta pública, não houve contributos e, portanto, o que traz é o Regulamento para aprovação, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, que já teve a sua aprovação em reunião de Câmara. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.12 COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AROUCA – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021:** ----------

---------- Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos representantes da CPCJ de Arouca, senhora Sónia Sousa e o senhor Jorge Oliveira que fizeram a apresentação. A equipa começa por explicar que a Comissão trabalha segundo uma lei, o objeto de intervenção são sempre as crianças e jovens que estejam em perigo, sendo esta a legitimidade de intervenção da Comissão. Diz ainda que são constituídos de vários membros de várias profissões, sendo a ideia criar um grupo diversificado, juntando-se pelo menos uma vez por mês. A Comissão é constituída por dois grandes grupos: o grupo da Alargada que a AM nomeia 4 representantes, e o a Comissão restrita que é aquela que trabalha os casos específicos, os membros desta são eleitos ou indicados por membros. Os membros indicados pela AM são o senhor José Artur, Prof. Adegar, a Francisca e a Joana. A Comissão está entre tudo o que é primeira linha, ou seja, escolas, centro de saúde e outras entidades sociais, e os tribunais que tem uma força muito grande e direta. Diz ainda que a Comissão trabalha com as famílias para conseguir retirar as crianças e jovens que estão em perigo, considerando assim que esta é um intermédio entre o tribunal e as escolas, centros de saúde, juntas de freguesia, ou entidades que trabalham em

primeira linha. Este trabalho tem sempre de partir do momento de contacto com os progenitores e estes têm de dar autorização de intervenção, as crianças e jovens são indicadas através de várias entidades (GNR, estabelecimentos de ensino e de saúde, pais vizinhos ou particulares – pessoas atentas a situações, para depois ser averiguado o perigo) e a Comissão só pode trabalhar com as crianças se os pais consentirem, se não houver este consentimento os processos são remetidos a tribunal e serão trabalhados por outra equipa. Os princípios desta Comissão são: o superior interesse da criança, a privacidade, a intervenção mínima (dar aos pais ferramentas para quando a CPCJ se retirar do caso, porque só há acompanhamento da situação durante um ano, estes possam continuar a manter aquela criança fora do perigo relatado), a prevalência da família (tentativa de não institucionalizar as crianças). As medidas propostas estão definidas na lei e que é preciso serem adequadas à situação em concreto. Aquilo que, maioritariamente, chega a esta Comissão são a violência doméstica e o alcoolismo, sendo esta primeira uma problemática que se acentuou mais na pandemia. Maioritariamente são os rapazes que tem mais necessidade de intervenção, com idades entre os 11 e os 14 anos. Em 2021, a Comissão acompanhou 110 processos, terminando 83 processos, ou seja, o perigo deixou de subsistir nestes, e com 0 institucionalizações (já há 4 anos que não há nenhuma institucionalização). Tem havido também uma diminuição de casos, o que a equipa considera que tem a ver com a prevenção e com os vários serviços de primeira linha, porque é possível, com a variedade da equipa, ter um membro em cada sítio de primeira linha a quem recorrer para que haja uma intervenção antes de chegar à situação de perigo. Reforça ainda que esta equipa é complexa, mas parabeniza a flexibilidade horária, porque os casos não chegam sempre no horário de trabalho, usando mesmo os fins de semana para fazer visitas parentais ou para acompanhar a GNR a situações. Quanto aos aspetos negativos este serão o aumento significativo da violência doméstica, o alcoolismo (associado ao isolamento da pandemia), e o aumento de situações com complexidade (uma criança com vários problemas associados). Quanto aos aspetos positivos são as mediações familiares (sistema público), situações de regulação das responsabilidades parentais não precisam de ir a tribunal, porque podem ser feitos em mediação, a articulação com a GNR de Arouca, o trabalho multidisciplinar, etc. Por último, esta Comissão deixa para o conhecimento o Protocolo que a Câmara já tem com a Trevo (Associação que faz o acompanhamento a vítimas de violência doméstica), e ainda a resposta das RAP (Acompanhamento das crianças vítimas diretas ou indiretas da violência doméstica) que dá grande apoio a esta Comissão. ----------

---------- Os senhores Sérgio Azevedo, Artur Miler, Luís Almeida e Pedro Bastos intervieram, em nome da bancada dos respetivos partidos para parabenizar a equipa da CPCJ. ----------

28.02.2022

---------- Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que também agradeceu a toda a equipa. ----------

----------APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 20 horas e 30 minutos.----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo.